

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 27 de setembro de 2023

Ata N.º 20

No dia vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e três, pelas vinte horas e quarenta e quatro minutos, no Parque Mário Bento em Poceirão, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Palmela, sendo a mesma transmitida simultaneamente via internet, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO 1 – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO 2 – Auto de Transferência de Competências no âmbito da Saúde, entre o Ministério da Saúde, a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. e o Município de Palmela.

PONTO 3 – Regime Geral de Prevenção da Corrupção - Aprovação de Plano de Prevenção de Riscos, Norma de Sistema de Controle Interno e Código de Ética e Conduta.

PONTO 4 – Adequação do Regulamento de Urbanização e Edificação do Município de Palmela às normas e características de apresentação dos elementos instrutórios para submissão eletrónica de pedidos – Aprovação.

PONTO 5 – Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo.

PONTO 6 – Projeto de Regulamento do Programa do Apoio Social à Esterilização - Aprovação.

PONTO 7 – Auto de Transferência de Competências e de Recursos do Município de Palmela para a Junta de Freguesia Palmela na área e manutenção de espaços verdes - atualização.

PONTO 8 - Auto de Transferência de Competências e de Recursos do Município de Palmela para a Junta de Freguesia de Pinhal Novo na área e manutenção de espaços verdes - atualização.

PONTO 9 – Operações de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Palmela e de Pinhal Novo - Relatório de monitorização 2022.

PONTO 10 – Procedimento concursal para provimento de cargo dirigente intermédio - Designação de elementos a integrar o respetivo júri.

PONTO 11 – Eleição de Presidente de Junta para representar o Município na ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses (Efetivo e Substituto).

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sr. José Carlos Matias de Sousa, pela Primeira Secretária Sra. Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa e Segunda Secretária, Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Ana Filipa Carvalho Gomes de Almeida Ferreira da Costa;
- Sr. João Pedro Alves Ricardo;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;

- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. João Manuel da Cruz;
- Sr. Ricardo José de Oliveira;
- Sra. Érica Sofia Caeiro Ribeirinho;
- Sr. Carlos Jorge Antunes de Almeida;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;
- Sra. Patricia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sr. Paulo Jorge da Cruz dos Santos;
- Sr. Pedro Miguel Paula Biu;
- Sra. Patricia Isabel Gaspar Valente;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Movimento Cidadãos pelo Concelho de Palmela (MCCP):

- Sra. Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa;
- Sra. Inês Raquel Guarda de Garcia;
- Sr. Luis Miguel da Silva Marques;
- Sr. Diamantino de Sousa Pereira.

Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD):

- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino;
- Sr. Colin Michael Mateus Marques;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Partido (CHEGA):

- Sr. Pedro Miguel Duarte Barão;
- Sra. Claudia Sofia Sebastião Estevão.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU)

- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;

Por parte do Partido Socialista (PS)

- Sr. Pedro Miguel Paula Biu;

Por parte do Movimento Cidadãos pelo Concelho de Palmela (MCCP):

- Sr. Diamantino de Sousa Pereira.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD):

- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador Luís Miguel Reizinho de Oliveira Calha;
- Sra. Vereadora Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sr. Vereador Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo;
- Sr. Vereador Carlos Manuel Barateiro de Sousa;
- Sr. Vereador Roberto José Lopes Cortegano.

Iniciando os trabalhos, o **S. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sra. Andreia Sofia Dias Bento da CDU**, justificou ausência à sessão, por motivos de saúde, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Mónica Alexandra Pereira da Costa** que se encontra presente.
- **Sr. Pedro Miguel Paula Biu do PS**, justificou ausência à sessão, por motivos profissionais inadiáveis, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Maria Clara dos Santos Marques Félix** que se encontra presente.
- **Sr. Diamantino de Sousa Pereira do MCCP**, justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Cristina Maria Marcelino Cândido Barrocas** que se encontra presente.
- **Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim do PPD/PSD**, justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Mónica Cristina Fernandes David Toscano Piçarra** que se encontra presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros, **a Sra. Mónica Alexandra Pereira da Costa da CDU, a Sra. Maria Clara dos Santos Marques Félix do PS, a Sra. Cristina Maria Marcelino Cândido Barricas do MCCP, e a Sra. Mónica Cristina Fernandes David Toscano Piçarra do PPD/PSD**, que após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficam apenas à presente, foram empossados no cargo.

Solicitou o **Sr. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

O Sr. Presidente da Mesa:

"Boa noite a todos e todas, bem-vindos a esta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Palmela, é uma sessão descentralizada, por opção dos líderes de bancada que decidiram que agora felizmente passou a pandemia podíamos fazer estas sessões descentralizadas e, portanto, tivemos uma em junho em Pinhal Novo e estamos hoje aqui no Poceirão, a fazer esta sessão descentralizada, gostava de agradecer aos serviços do município à Ana Paula e à sua equipa por todo este trabalho, e um agradecimento também especial à Sra. Presidente da Junta, muito obrigado, porque a Cecília desde que na primeira vez que eu falei para virmos para o Poceirão partilhou todo o entusiasmo de fazermos esta Assembleia Municipal aqui e por outro lado criou condições para que isso acontecesse da melhor forma, para que todos tenham condições de trabalho durante estas horas, que aqui vamos estar, esta era a primeira nota que gostava de deixar.

Gostava de cumprimentar o Sr. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, cumprimentar todos os membros da Assembleia Municipal e o público aqui presente e esse é um objetivo, é trazer à Assembleia próximo da população, é um dos grandes desideratos que temos é tentar que isso aconteça no maior número de vezes possível para o ano, com certeza, estaremos em Quinta do Anjo, e numa descentralizada em Palmela e depois veremos o que acontece a seguir.

Vamos à chamada."

Período de Intervenção dos Municípes

[Parte da ata só disponível para consulta na Assembleia Municipal, mediante requerimento fundamentado, em virtude de poder conter informação sensível no âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados]

Período de Antes da Ordem do Dia:

O Presidente da Mesa:

"Muito bem está fechado este período do público, passamos o período de antes da ordem do dia e neste período, gostava de colocar à consideração dos líderes de bancada um facto, muito simples, que é este, mas que preciso da vossa ajuda para tentar perceber o que é que podemos fazer.

O nosso regimento diz no seu artigo 11º, que é direito dos (Membros da Assembleia Municipal apresentar por escrito propostas, recomendações, pareceres, moções e requerimentos), decidimos nós os líderes de bancada comigo que essas propostas deveriam sempre entadas sempre com 48 horas de antecedência.

Eu tenho neste momento na mão, 4 saudações, 2 moções, 3 recomendações, e um voto de pesar, todos eles entregues com menos de 48 horas de antecedência. Uma moção ontem, e tudo o resto entregue durante o dia de hoje e portanto gostava de colocar inclusivamente o voto de pesar e uma das recomendações, agora, aqui,

portanto, gostava de colocar à vossa consideração o que é que fazemos, porque se não conseguindo eu, sei que nem sempre é possível, mas se não conseguimos cumprir aquilo que, genericamente decidimos entre todos temos alguma dificuldade depois em cumprir outras coisas, digo eu, portanto, coloca à vossa consideração o que é que fazemos em relação a tudo o que eu tenho neste momento em posse.

Quem quer intervir?

Eu estou disponível para o voto de pesar, para a recomendação das Vindimas, etc. mas tenho muita dificuldade depois em relação ao resto, ou não fazemos mesmo nada, ou fazemos tudo.

Carlo Vitorino, PSD faz favor.”

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:

“Senhor Presidente, eu estou de acordo com consigo, até porque senão para que é que nós fazemos as reuniões e para que é que tomamos determinadas decisões é evidente que uma situação de última hora, uma situação de um voto de pesar de última, uma situação de um voto de pesar, uma situação dessas nós podemos compreender, agora por sistema, inclusivamente falámos que, nestas sessões, descentralizadas iríamos tentar haver aqui alguma redução de moções, e de recomendações, dentro dos grupos e, de facto, aquilo que vemos é que não está a ser cumprido.

Por mim, tanto podemos não votar, como podemos discutir tudo, nós estamos cá para isso agora, dez pontos numa ordem de trabalhos, o período antes da ordem do dia, com as moções a caírem todas em cima da hora, nós recebemos as moções à tarde para ler reencaminhei os mails, portanto, acho que não é sistema, disse.”

O Presidente da Mesa:

“As soluções, algumas delas foram entregues durante a manhã, todavia os serviços do município e que estão afetos à Assembleia Municipal e não só, só conseguiram às 17h11minutos enviar a grande fatia das moções, sendo que, houve um voto de pesar que me foi entregue aqui, e uma outra recomendação que também foi entregue já aqui às oito da noite.

Joaquim Pires, penso que tinha levantado a mão.”

O Sr. Joaquim Pires da CDU:

“Boa noite.

Nós estamos de acordo com a sua argumentação. Relativamente a um conjunto de matéria que está tratada em diversos documentos apresentados, para além de efetivamente não ter sido respeitado a tal regra que nós aprovámos, há um conjunto de questões que pela sua pertinência importante não podem ser tidos com três, quatro horas de conhecimento e discussão, porque são muito importantes e, portanto, nós CDU estamos de acordo com a proposta da Saudação às Vindimas, o Voto de Pesar e a Recomendação.”

O Presidente da Mesa:

“Muito bem.

Luís Marques, faz favor, MCCP.”

O Sr. Luis Marques do MCCP:

“Boa noite, Sr. Presidente, na sua pessoa consideram-se todos os presentes cumprimentados e lá em casa.

Faço minhas também as palavras do pelo meu colega Carlos Vitorino, e até para me penitenciar também a mim, porque também fui uma das bancadas que entregámos aqui a recomendação e não queremos de forma nenhuma, fazer parte de quem está a prevaricar e, pelo contrário.

Uma vez que temos onze pontos para fazer ainda durante esta ordem de trabalhos, estamos completamente de acordo em que isso seja lançado para a próxima Assembleia ou se faça a Saudação ou aquilo que está mais pertinente, mas sem qualquer problema da nossa parte, sem problema.”

O Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Patrícia Caixinha.”

A Sra. Patrícia Caixinha do PS:

“Obrigada Sr. Presidente,

Bem previamente permita-me saudar antes de mais a Presidente de Freguesia de Poceirão/Marateca, também cumprimento o Presidente da Assembleia de Freguesia, que sei que não está presente pelo menos não estou a ver, mas deixo o cumprimento também e queria também saudar a população da União de Freguesia de Poceirão/Marateca, que nos acolhe aqui nesta reunião hoje, quero cumprimentar também o Sr. Presidente da Assembleia, os membros da restante Mesa, o Sr. Presidente de Câmara, Sras. e Srs. Vereadores, caras e caros membros da Assembleia que estão aqui presentes e quem nos acompanha também aqui via streaming.

A bancada do Partido Socialista, obviamente que se for consensual que se retire todos os pontos que assim reconheço que são muitas moções, são muitos documentos para analisar previamente numa reunião descentralizada que também já tínhamos concordado, de facto, que iríamos procurar trazer menos documentação, mas também não posso deixar de referir que acredito que muitos de nós tem uma vida profissional, pessoal e familiar, que não permite, muitas vezes fazer documentos, como estes com mais antecedência, ainda assim, pertencendo a mim e aos meus camaradas que também tiveram até às tantas da noite para fazer o documento, obviamente que aceitamos a proposta do Sr. Presidente, disse.”

O Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Tânia Ramos, do BE faz favor.”

A Sra. Tânia Ramos do BE:

“Muito boa noite a todos e a todas, cumprimento na pessoa do Sr. Presidente, todos os presentes e aqueles que assistem também via streaming online.

Compreendo perfeitamente, este assunto já foi amplamente informado entre todos, eu própria fiz esse exercício em casa que foi, de todos os assuntos que tinha para tratar só resolvi trazer uma recomendação, no entanto entendo o apelo que o Sr. Presidente faz e revejo-me também nesse apelo e por isso, estarei de acordo com aquilo que acharem melhor entre todos decidir na pessoa do Sr. Presidente, muito obrigada.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

A questão aqui não é o tempo que demoramos aqui, é a incapacidade que tivemos para ler, eu, por exemplo, as propostas que foram enviadas às 17h11minutos, eu sou as li aqui também porque estava a sair de Lisboa certo, portanto, é muito difícil, claramente é difícil.

Pedro Barão, Chega, faz favor.”

O Sr. Pedro Barão do CH:

“Muito obrigado, Sr. Presidente, cumprimento na sua pessoa todos os presentes aqui na Assembleia e ao público e a todos os que nos seguem via streaming.

Nós tentamos fazer sempre parte da solução, é o que decidirem, a meu ver, houve aqui trabalho que já foi efetuado inclusive pelos serviços que tiveram uma pressão grande para tentar imprimir todos os documentos e que estão aqui todos impressos, na nossa opinião, acho que, pelo menos os documentos que tem lugar a votação deveriam andar para a frente e retirar-se as recomendações para tentar poupar aqui algum tempo também a Assembleia, pronto é esta a nossa opinião, mas, obviamente tentamos sempre fazer parte da solução e é o que decidirem é o que será.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Eu percebo a questão, eu pensei nisso também, mas, em função de até da minha intervenção inicial e de uma primeira conversa que tive com o líder, logo aqui às oito que foi com Joaquim Pires, não vale a pena, estivemos a conversar com os dois, a minha dificuldade é a capacidade que temos para apreciar aquilo que nos chegou tarde e eu já tive aí desse lado e queixavam exatamente do mesmo que era andar de telemóvel à procura do que era aquilo que estavam a falar naquela moção, portanto, parece-me que se entenderem como bom, fariamos unicamente, enfim, eu nem sei se valerá a pena fazermos a saudação às vindimas que terminaram agora, todos os outros temas uns são mais atuais a justiça climática pode ficar para depois, o Dia Internacional do cuidado e apoio em vez de fazermos para vinte e nove de outubro, faremos depois em relação a vinte e nove de outubro, a saudação a comunidade educativa, enfim, era para agora reparação vedações, linha ferroviária enfim se não fizemos agora faremos, com certeza, em novembro, toda a comunidade educativa na abertura do ano letivo é a mesma coisa que é outra moção, a recomendação da eliminação do artigo 7º da alínea b) do regulamento municipal da seda de acesso ao que a atribuição de habitações municipais combinámos entre os líderes, inclusivamente uma destas sessões da Assembleia Municipal trazer o tema da habitação para à mesa e tentar trabalha-lo diretamente, alternativas pavimento em asfalto betuminoso pode ficar para depois, não há mais recomendação nenhuma, mas há um voto de pesar que nem sequer vos foi entregue, só me foi entregue a mim que está na mão do Joaquim Pires e, portanto, pronto, é um voto de pesar e, portanto, é algo que se for feito já em novembro, eu acho que não têm tanto impacto e, portanto, eu faria unicamente esta questão do voto de pesar ainda por cima, não sendo, entregue a todos vós, mas penso que é uma coisa relativamente daquilo que eu li aqui, porque foi entregue aqui também, uma coisa relativamente unânime e, portanto, gostava que ficássemos pelo voto de pesar em tentássemos depois a partir daqui, utilizar o tempo para os diferentes pontos da ordem de trabalhos.

Joaquim Pires faz favor, vamos então ao voto de pesar, eu vou tentar também tirei uma fotografia, vou tentar acompanhar por aqui, faz favor.”

Voto de Pesar da CDU “Falecimento de Lúcio Calha”

Tomou a palavra o **Sr. Joaquim Pereira Pires** para apresentar o voto de pesar, que ficará apenas à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do M CCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Algun comentário, alguma intervenção sobre este voto de pesar?

Não havendo votamos.”

Submetido o Voto de Pesar a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Avançamos para o Período da Ordem do Dia, com uma nota, desde já, falei individualmente com cada um dos líderes também hoje aqui, referindo que este projeto de regulamento do programa de apoio social a esterilização, o ponto 6 da nossa ordem de trabalhos será retirado desde já, em função da não existência ainda do parecer da Comissão Nacional de proteção de dados foi aprovado na sessão de câmara, aliás, como todos vós têm a aprovação que foi feita numa sessão de Câmara de 6 de Setembro de 2023 aguardava-se este parecer da Comissão Nacional de proteção de dados, o mesmo ainda não chegou e, portanto, nós não nos podemos pronunciar sobre esta matéria e, portanto, vamos retirar este ponto da ordem de trabalhos que voltará por iniciativa do município assim que a Comissão Nacional de proteção de dados der o seu parecer, teremos é que que votar.

Estamos a votar a retirada do ponto 6 da ordem de trabalhos.”

Submetida a votação retirada do Ponto 6 da Ordem de Trabalhos, foi a mesma aprovada, por unanimidade com trinta e um votos a favor (doze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

Período da Ordem do Dia

O Sr. Presidente da Mesa:

“Vamos passar ao ponto um da ordem de trabalhos, informação, Sr. Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, faz favor, Sr. Presidente.”

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro.

O Sr. Presidente de Câmara:

Tal como se antevia no período anterior, os meses a que se refere o presente relatório acolheram um calendário riquíssimo de eventos, de âmbito cultural, turístico e desportivo, promovidos pelo Município ou com o seu apoio. Dos eventos já consolidados no panorama regional e nacional às várias novidades que vieram dar resposta a diferentes expectativas e nichos de mercado, reconhece-se a forte capacidade de concretização das autarquias e agentes locais, bem como a atratividade deste território. Múltiplas equipas municipais estiveram envolvidas na organização destas atividades e asseguraram o seu sucesso, num esforço acrescido em período tradicionalmente associado ao gozo de férias.

A Semana dedicada à Freguesia de Poceirão fechou o ciclo anual das Semanas das Freguesias, que reafirmaram a sua pertinência no âmbito do projeto “Eu Participo!”, proporcionando aos Executivos e equipas técnicas do Município e das Freguesias diferentes momentos de trabalho no terreno, contacto próximo com instituições ou empresas e a participação direta das/os cidadãs/ãos. Destacam-se a reunião de trabalho que congregou as

entidades parceiras da Operação Integrada Local Poceirão Marateca ou a sessão pública "Sentimento de (In)Segurança e Novo Posto da GNR de Poceirão". No que respeita aos processos "Eu Participo!" Múncipes e Trabalhadoras/es municipais, foram recolhidas e analisadas as propostas recebidas em maio, para apresentação e início da votação nas assembleias de setembro. Os Autos de Transferência de Competências para as Freguesias foram alvo de atualização, no domínio da Limpeza Urbana, e realizou-se o 4.º Encontro de Associações de Moradoras/es, com a participação de 12 associações e estruturas de moradoras/es e o compromisso de, pela sua pertinência, passar a ter periodicidade anual. No âmbito do Plano Municipal de Promoção da Participação Infantil e Juvenil, foi avaliado o ano letivo 2022/23 e realizou-se uma Assembleia com uma turma da EB António Santos Jorge, que apresentou um "Manifesto pelos direitos de todos na Vila de Pinhal Novo".

A entrada de 21 novas/os trabalhadoras/es na Organização justificou a realização de 15 sessões de acolhimento e sensibilização. A Formação continua a ser uma aposta prioritária, sendo de sublinhar, neste período, a adesão às ações sobre o tema da Cibersegurança, bem como as formações em "Serviços *Online* e Submissão de Processo *e-Paper*" e na aplicação "Habitação e Rendas" para as equipas do Serviço de Atendimento Municipal. Este trabalho articula-se com as sete novas formalidades disponibilizadas no Portal de Serviços *Online*: quatro relativas à atribuição de fogos em regime de arrendamento apoiado (Regulamento Municipal de Habitação) e três para candidaturas a projetos socioeducativos. O Sistema de Informação Geográfica é uma importante ferramenta de trabalho e, além da sua atualização permanente, regista-se a integração de novos temas, como o Património Histórico Edificado, as instalações de Energias Renováveis ou os resultados dos CENSOS 2021 desagregados por freguesias.

O Conselho Municipal de Segurança Alargado reuniu em julho, para abordar questões de segurança e ordem pública no Concelho, e a Academia da Proteção Civil promoveu uma ação de formação sobre "Medidas de Autoproteção" para trabalhadoras/es da Associação de Idosos e Reformados da Freguesia de Poceirão, dando continuidade ao seu objetivo de promoção de uma cultura de segurança junto da comunidade. A disseminação da vespa asiática é uma preocupação premente, registando-se, neste período, intervenções em 28 ninhos. Entre as múltiplas ações de planificação e segurança relacionadas com a realização de grandes eventos no Concelho, merece relevo o trabalho de parceria desenvolvido com todos os agentes de Proteção Civil, com vista à elaboração do Plano de Coordenação para a Festa das Vindimas.

Entre o encerramento do ano letivo 2022/23 e a abertura do novo, este foi um período de aturado trabalho de avaliação e preparação, a vários níveis, em parceria com as Direções dos Agrupamentos e Escolas não Agrupadas, destacando-se os processos de contratação pública para fornecimento das refeições escolares, leite escolar, fruta e outros produtos que compõem o reforço alimentar, a elaboração do plano de transportes, envolvendo a Transportes Metropolitanos de Lisboa, ou a atribuição de cadernos de atividades a todas/os as/os alunas/os dos 1.º e 2.º ciclos. O número crescente de habitantes do Concelho reflete-se na necessária ampliação da rede escolar, com a preparação de cinco novas salas: três no Agrupamento de Escolas de Palmela (sendo uma de pré-escolar, na EB Cabanas) e duas no Agrupamento José Maria dos Santos, em Pinhal Novo. Entre as várias intervenções, concluíram-se o sombreamento do logradouro da EB Alberto Valente (Pinhal Novo), a reparação da cobertura da EB Cajados, a impermeabilização de muro da EB Águas de Moura e a substituição de pavimento danificado na EB Aires, encontrando-se a decorrer, à data, o reforço estrutural do edifício da EB Brejos do Assa e a requalificação da copa/cozinha do JI n.º 1 de Olhos de Água. Além da beneficiação permanente de edifícios escolares e Espaços de Jogo e Recreio, foi adquirido mobiliário escolar para renovar três escolas do primeiro ciclo e para a entrada em rede da nova sala de pré-escolar.

A reabertura da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Brejos do Assa, a 19 de junho – em resultado da celebração de contrato de arrendamento entre o Município e o novo proprietário do terreno onde está instalado o equipamento - foi uma excelente notícia para as/os utentes, transferidas/os há vários anos para Águas de Moura. Neste período, a Unidade Móvel de Saúde levou seis ações de literacia em saúde e promoção de estilos de vida saudáveis a cerca de centena e meia de participantes de zonas mais periféricas do Concelho. Dando sequência ao protocolo recentemente firmado com a Associação Nacional de Cuidadores Informais, o Gabinete de Apoio ao Cuidador Informal realizou quatro atendimentos, e na continuidade do trabalho promovido com vista à integração de população migrante, o CLAIM realizou 113 atendimentos.

No que se refere à implementação das competências de Ação Social transferidas para o Município, o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social acompanhou 88 famílias e atribuiu 15 apoios económicos. O Município continua a ser um parceiro de primeira linha das IPSS locais, na criação e funcionamento de importantes

respostas sociais para o território, sendo de sublinhar a atribuição de um apoio no valor de 50 mil euros à Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Bairro Alentejano, para participar a conclusão do seu Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário, e de 9.300,00€ à Associação de Reformados Pensionistas e Idosos de Pinhal Novo para apoiar a aquisição de uma viatura. O projeto “Clique sem Idade” continua a promover a literacia digital e a integração da população sénior, com atividades *online* e presenciais, e no campo da animação intergeracional e convívio, merecem referência o Desfile de Moda Idade Maior, em Pinhal Novo, com a participação de 42 modelos e uma audiência de perto de duas centenas e meia de pessoas, e o programa comemorativo do Dia dos Avós, este ano, centralizado nas freguesias rurais.

Após a publicação do Regulamento Municipal de Habitação a 23 de junho e abertura de concurso para atribuição de Habitações Municipais no dia 30 do mesmo mês, teve início o período para receção de candidaturas, um importante passo no processo de implementação da Estratégia Local de Habitação. Até ao final de agosto, foram constituídos 53 processos de candidatura. A par da reabilitação de fogos do Parque Municipal, com especial enfoque no incremento da eficiência energética, o Município concretizou a aquisição de mais seis imóveis (seis fogos), encontrando-se múltiplos projetos e procedimentos a decorrer.

No Centro Histórico de Palmela, realizaram-se vistorias para determinação de trabalhos de correção de más condições de segurança ou salubridade e melhoria estética, abrangendo 36 edifícios. Concluída a atualização do levantamento do edificado desta área urbana, encontrava-se em conclusão uma nova base de dados para agilizar a consulta, com inserção de informação georreferenciada e carregamento SIG.

Na vila de Palmela, o Município está a avançar com a empreitada de espaços exteriores do loteamento da Exporfirme, em substituição do promotor, e com a remodelação da Praceta da Nova Palmela nascente. Assegurou-se, neste período, por administração direta, a manutenção, limpeza e deservagem de logradouros de ETA, ETAR e escolas desativadas, e as brigadas de jardineiras/os da Autarquia continuaram a assegurar a manutenção diária de vários espaços verdes das freguesias de Palmela e de Pinhal Novo.

A recolha de resíduos sólidos urbanos, resíduos valorizáveis e monos/monstros continua a registar números bastante elevados, sendo de sublinhar as ações especiais de remoção de monos e outros detritos, para combater focos de deposição desregrada, bem como a boa adesão, por parte de famílias e estabelecimentos, à recolha seletiva de biorresíduos, em curso desde novembro de 2022. Uma nova viatura, com plataforma elevatória, veio reforçar o parque de máquinas e foi entregue à equipa afeta à manutenção dos contentores, e foram adquiridas três mini-varredouras mecânicas, entretanto entregues às juntas de Freguesia de Pinhal Novo e de Quinta do Anjo, e à União das Freguesias de Poceirão e Marateca. A plataforma para consulta de dados dos projetos-piloto da rede *LoRaWAN* em curso, relacionados com os sistemas de rega e de recolha de resíduos na vila de Pinhal Novo, já está disponível, tendo decorrido uma ação de formação.

Estão concluídas as empreitadas de “Execução de ramais domiciliários da rede de abastecimento de água 2023” e de “Reabilitação das edificações existentes nos furos de captação F3 e F4 – *Palmela Village*”, no que respeita a águas de abastecimento, e de “Execução de ramais de águas residuais domésticas e pluviais 2023”, encontrando-se a “Ampliação e remodelação das redes de águas residuais domésticas e pluviais - execução de prolongamentos 2023” em conclusão. Foi adjudicada a construção da rede de esgotos na Rua dos Couceiros e EN 379-2 (Olhos de Água) e concretizaram-se as 3.ª, 4.ª e 5.ª campanhas de desinfestação e desratização das redes, com duração de seis dias cada.

Os objetivos de qualificação permanente da rede viária de um território com mais de 900 quilómetros de caminhos públicos são desafiantes, mas o Município continua a cumprir um plano de trabalho ambicioso, com várias empreitadas em curso em todo o Concelho. Nos meses em apreço, concluíram-se a 2.ª fase do projeto HUB 10, relativa à Estrada dos 4 Castelos - que, além da pavimentação, incluiu toda a requalificação da via e envolvente, criação de ciclovias, passeios e caixas de espera para transporte público e uma importante solução de drenagem – bem como a 2.ª fase da pavimentação da Rua Manuel Xavier de Carvalho (Cabanas) e a conservação da Azinhaga Mata Mouros (Brejos do Assa). As equipas municipais asseguraram, diretamente, centenas de intervenções de reparação de vias, limpeza de bermas, valetas e passeios, execução ou reparação de passagens hidráulicas. No período de interrupção letiva, foi beneficiada a rede de abrigos de passageiras/os, com instalação de novos e conservação dos existentes.

O Dia Mundial do Ambiente foi assinalado com diversas atividades de campo e a inauguração da Estação Meteorológica de Palmela, no Castelo, que veio reforçar a rede metropolitana e fornecer novos dados de suporte

para a definição de estratégias de adaptação às alterações climáticas e prevenção de eventos extremos. Entretanto, deu-se continuidade à participação no projeto europeu *EUCityCalc* - Palmela é um de oito territórios-piloto a testar esta aplicação, precioso auxiliar na construção de roteiros de descarbonização – com a realização de duas sessões de cocriação com os fatores-chave do território Arrábida.

No âmbito das políticas de bem-estar animal, deu-se sequência à campanha oficial de vacinação antirrábica e identificação r, tendo sido vacinados 169 animais. Ao abrigo do programa CED, realizaram-se duas campanhas, que abrangeram 29 colónias, num total de 202 gatos. Em elaboração, o Plano de Gestão das Colónias de Felídeos do Concelho.

Uma nova máquina de secagem de ossadas foi adquirida para apoiar o funcionamento do Cemitério de Palmela, encontrando-se em preparação um estudo para a recuperação de canteiros e sistema de rega da entrada principal.

Entre 22 e 25 de junho, as II Jornadas Internacionais de Arqueologia “Fazer o Lume, Fazer a Luz. Arqueologia do Fogo” reuniram, em Palmela, centenas de especialistas e revelaram as descobertas mais recentes neste campo de investigação. De destacar o lançamento das atas da anterior edição, dedicada à Arqueologia da Agricultura. Neste período, esteve em desenvolvimento o projeto museológico para a Capela de S. João, em Palmela, e prosseguiu-se o acompanhamento de obras e as parcerias com vários projetos nacionais de investigação, valorização patrimonial e turística.

As duas sessões temáticas do projeto “Álbum de Família”, realizadas em Cabanas e no Bairro Alentejano, foram muito bem acolhidas pela população e coletividades, e resultaram na cedência de centenas de fotos e documentos, que vêm enriquecer o conhecimento que temos da nossa história local.

A edição 2023 da Mostra Gastronómica Literária “Pela Boca entra a Literatura” uniu, uma vez mais, estes dois mundos e, além de ementas especiais em vários restaurantes do Concelho, o programa incluiu um *show cooking* com a Chef Marta Nunes, a partir do universo *Harry Potter*, e uma sessão esgotada do projeto “365 Dias de Romance” em Fernando Pó, em torno da relação entre a literatura e o vinho, com a participação, entre outros, de Sérgio Godinho e André Gago. A Biblioteca Municipal de Pinhal Novo passou a integrar a Rede de Bibliotecas UNESCO, na sequência de uma candidatura com o projeto “Os Direitos Habitam nas Histórias”, e a primeira Biblioteca de Rua “Livros para Tod@s” foi inaugurada junto à Estação de Pinhal Novo, fruto de uma parceria com alunas/os da Escola Secundária. A Formação para a Comunidade continuou com forte dinâmica, sendo de realçar o Curso de Longa Direção de Português Língua de Acolhimento, financiado pelo IEFP.

A Galeria de Exposições da Biblioteca Municipal de Palmela acolheu a exposição “Novos Caminhos”, uma coletiva de arte contemporânea do grupo Experimental da Sociedade Nacional de Belas Artes, com 18 artistas. No Centro Cultural de Poceirão, decorreu a empreitada de instalação de painéis fotovoltaicos, e a sede do Teatro O Bando acolheu o encontro europeu do projeto *Tomorrowland*, que reuniu 70 jovens, com o apoio do Município. Estes foram, de resto, meses de intensa atividade cultural, com eventos que atraíram milhares de visitantes e confirmaram Palmela como terra de Cultura. Entre as iniciativas promovidas pela Autarquia, com parceiros locais, destacam-se, em junho, o projeto “Tocabanda no Coreto”, com atuações das filarmónicas ao final da tarde, no Largo de S. João, em Palmela; em julho, o FIG, em Pinhal Novo, com 30 espetáculos, desfile e mais de 20 mil espetadoras/es, e a realização, em simultâneo, do I Encontro Internacional de Gaitas-de-foles; e em agosto, o *Palmela Wine Jazz*, no Parque Venâncio Ribeiro da Costa, em Palmela, com a edição mais participada de sempre, numa união muito interessante entre vinho, música e património. O Município apoiou, também, a realização do MicroFIAR, as Marchas Populares, o Festival Internacional de Saxofone de Palmela (com diversas estreias e mais de 400 músicos de 11 nacionalidades) e as tradicionais festividades locais, sublinhando-se as Festas Populares de Pinhal Novo, que regressaram ao seu formato habitual e receberam mais de 50 mil visitantes, e as Festas de S. Pedro da Marateca.

A Juventude é transversal à atividade, com especial impacto em áreas como a Educação, a Cultura, o Desporto ou o Desenvolvimento Económico. O programa “Jovens no Verão” proporcionou atividades desportivas e lúdicas a 120 jovens do Concelho, entre os 12 e os 17 anos, e as comemorações do Dia Internacional da Juventude levaram palestras, oficinas, desporto e música ao Centro de Recursos para a Juventude de Quinta do Anjo, que foi, igualmente, ponto de encontro e atividade da MAU – Mostra de Arte Urbana. Assegurou-se o acolhimento e o apoio logístico às Jornadas Mundiais da Juventude.

Concluídas a substituição de pisos de segurança dos Espaços de Jogo e Recreio (EJR) Vila Serena, Monte Novo Nascente e Monte Novo Poente (Pinhal Novo) e a requalificação do piso de acesso aos balneários e campo do Polidesportivo do Bairro Alentejano, são, também, de referir a adjudicação das empreitadas de reabilitação do EJR Firmino Camolas (Palmela) e de construção de Campos de Padel em Pinhal Novo. O Judo continua a despertar grande interesse, tendo-se realizado, neste período, o 27.º Torneio do Concelho de Palmela (cadetes) e o Torneio do Judo Clube de Pinhal Novo, numa parceria entre o Município, o Clube e a Associação Distrital da modalidade. A *Pinhal Novo Night Run* congregou cerca de oito centenas de participantes, entre a corrida e a caminhada, e a 7.ª Festa do Desporto e da Saúde foi, pela primeira vez, descentralizada, com atividades em Pinhal Novo, Poceirão e Quinta do Anjo. Neste período, teve, ainda, lugar a final da Taça de Honra do Concelho de Palmela em futebol, com a participação das equipas séniores masculinas que jogam nas 1.ª e 2.ª divisões distritais, e foi celebrado um Contrato-Programa com o Botafogo Futebol Clube, relativo à remodelação da iluminação do campo de jogos António Henrique de Matos.

Ao longo do verão, a campanha “Pamela Conquista” continuou a promover a oferta turística e os valores e sabores locais e, além das *newsletters* e da participação em diversos certames, como a Feira Nacional de Agricultura, em Santarém, em parceria com a Rota de Vinhos, ou a Feira de Sant’Iago, em Setúbal, Palmela integrou a rede “*Best In*”, com divulgação turística numa rede de expositores em 100 hotéis de Lisboa e linha de Cascais. A 34.ª Feira Comercial e Agrícola de Poceirão, principal certame agrícola da região, constituiu um excelente momento de valorização do mundo rural e de visibilidade para os produtos locais. Neste período, o Município concluiu a empreitada de instalação da “Janela da Arrábida” no Espaço Fortuna, em Quinta do Anjo, e apresentou, publicamente, a cadeira monorroda, modelo *Joelette*, que permite a realização de atividades em meio natural por pessoas com mobilidade reduzida, traduzindo-se numa boa prática de Turismo Inclusivo. Duas jovens artistas do Concelho asseguraram a participação no 2.º Festival Nacional da Canção Rural, com o tema original “Brinde à Vida”, e no âmbito da nossa presença enquanto Município convidado no “*Finisterra – Brazil Film Art & Tourism Festival*”, com um conjunto de filmes de turismo e uma exposição fotográfica, recebemos a visita de uma comitiva da cidade brasileira de Porto Seguro e da organização do certame. O processo de alteração do Regulamento da Incubadora de Empresas do Município de Palmela foi concluído e procedeu-se à integração de três novos projetos de negócio.

O Auditório Municipal de Pinhal Novo – Rui Guerreiro foi palco de uma ação de solidariedade para com o povo do Sahara Ocidental que, além da presença de ativistas que relataram, na primeira pessoa, a difícil situação vivida neste território ocupado, contou com vários momentos de divulgação e sensibilização e o envolvimento de associações juvenis e de entidades como a Fundação Saramago ou o Instituto Marquês de Valle Flôr, no âmbito do projeto europeu *People & Planet*. A receção a comitivas da Palestina, da África do Sul e dos municípios geminados de S. Filipe e Praia (Cabo Verde) e Barcarrota (Espanha), a anteceder a abertura da Festa das Vindimas, constituiu mais um momento de estreitamento de laços de amizade e construção de um mundo mais pacífico e solidário, assente em objetivos de cooperação para o desenvolvimento, promoção turística e económica dos territórios e intercâmbio cultural.

Estou disponível para as questões.”

O Sr. Presidente da MESA:

“Muito obrigado Sr. Presidente.

Questões, intervenções neste período sobre a atividade municipal que aqui foi detalhada entre um de junho e 31 de agosto de 2023, alguma intervenção?

Carlos Vitorino PPD/PSD, faz favor.”

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:

“Obrigado Sr. Presidente, aproveito para na sua pessoa cumprimentar todos os eleitos presentes da Assembleia e da Câmara Municipal, o público que assiste, funcionários e comunicação social. A questão que eu aqui coloco, tem a ver, aliás, o Sr. Presidente na altura quando acabamos as moções termina imediatamente o ponto, mas o ponto antes da ordem de trabalhos continuava, mas isto é uma pergunta concreta, ao Sr. Presidente sobre a

atividade municipal e porque a Direção do PSD esteve a visitar as instalações da "Inovar Autismo" ali em Arraídos na antiga escola primária, esteve o nosso Vereador Paulo Ribeiro e é sempre positivo a cedência dos espaços e este trabalho de parceria com as associações, mas nós vimos ali dois casos que nos merecem alguma preocupação, um tem a ver com obras que nos parecem estruturais, ou seja, quando foram desmontar o pavilhão onde se servia as refeições às crianças, houve, de facto, ali aberturas no muro da escola, umas raxas e algumas bastante grandes, aliás, parece-nos que o muro até está mais a ser segurado pela vedação do que pelo muro em si e há um pilar no parque exterior que, o problema é que não é só raxa, é raxa e deslocação, portanto, pode haver ali algo que seja, de facto grave na estrutura, portanto, era uma questão que nos transmitiram e também houve ali uns danos no portão de acesso, portanto, era este cuidado que era para se ter e para verificarem in loco.

Depois há também uma outra questão que nos chegaram a atenção, aliás, nós até verificámos logo, é que os estores estão completamente partidos, não levantam as pessoas estão lá dentro têm que estar com luz artificial aquilo que a responsável da Associação nos disse, é que tinha contactado com a Câmara e que lhe tinham dito que eram, de facto, questões de manutenção, ou seja, do uso corrente. Coisas que nós percebemos, nalgum contexto, neste não, porquê, porque aquilo já estava de facto, em más condições, aliás, se nós verificarmos a segunda metade da escola que é uma espécie de casa de função por uma emergência que está..."

O Sr. Presidente da Câmara:

"É um alojamento de emergência, em caso de catástrofe estamos ali preparados para, no mínimo..."

O Sr. Presidente da MESA:

"Sr. Presidente deixe concluir por favor."

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:

"Não, não, tudo bem, um complemento e agradeço, mas, a verdade é que se o Sr. Presidente se verificarem aqueles estores, eles são não estão na mesma situação dos outros, porque, com certeza, não têm a mesma utilização e não se partiram ou seja, era esta chamada de atenção para uma situação que é positiva, que nós relevamos, mas que, de facto, merece a atenção da Câmara Municipal, obrigado."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Pedro Barão Partido CH, faz favor."

O Sr. Pedro Barão do CH:

"Sr. Presidente, eu não sei se me ainda é possível colocar uma questão no período antes da ordem do dia..."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Se estiver integrado nas atividades não tem problema nenhum, sim senhor."

O Sr. Pedro Barão do CH:

"Nós já trouxemos aqui esta questão, ao Sr. Presidente e queríamos voltar aqui a questioná-lo no ponto de situação das obras, do início das obras da unidade de saúde da Quinta do Anjo. Já agora gostava que o Sr.

Presidente se possível atualiza-se aqui a Assembleia e o público presente e quem nos segue lá em casa, sobre o Estado o Estado deste ponto que é que é importante.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Mais alguma intervenção?

Cecília Sousa, CDU faz favor.”

A Sra. Cecília Sousa da CDU:

“Muito boa noite a todos, começo por cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a digníssima Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros membros da Assembleia Municipal, ao nosso público presente, a quem nos assiste através da plataforma streaming.

Aqui, apenas também fazer uma questão ao Sr. Presidente da Câmara que me permita e penso que se enquadra neste ponto que é o ponto de situação da construção do posto da GNR em Poceirão, no entanto, também não é só perguntas, também congratular o Sr. Presidente da Câmara, por honrar o compromisso de mandato e, neste momento, nós tivemos neste período três obras que tinham sido um compromisso quer no “Eu Participo” quer no compromisso de mandato que foi a pavimentação de prolongamento da rua Vasco da Gama, a repavimentação da 533 e 533-1, e a adjudicação de dois projetos que também consideramos muito importantes para o nosso território da Freguesia de Poceirão, a adjudicação da pavimentação da rua Ezequiel Marques, bem como a o projeto para a construção da rotunda no Aceiro das Vinhas Altas, por isso, tenho dito, Sr. Presidente.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Estamos no período de análise da atividade municipal, mais alguma intervenção? Não?

Sr. Presidente de Câmara faz favor.”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Muito obrigado, Sras. e Srs. membros da Assembleia, pelas questões, de facto, a antiga escola dos Arraiados, onde temos o Centro local de Alojamento de Emergência, e que foi até alvo de obras de reabilitação, cozinha, duches, limpeza, pinturas, porque tem camas, enfim, é um alojamento com excelentes condições.

O edifício é antigo, esteve sem ocupação durante muitos anos, depois foi ocupado transitoriamente durante umas obras em Brejos do Assa, quase um ano letivo, voltou a ficar desocupado fizemos essas obras e entendemos e bem, porque era de todo justo que tivéssemos aqui a possibilidade de dar um espaço ao trabalho da “Inovar Autismo”, mediante um contrato de comodato que diz as condições em que o espaço é utilizado e há questões de natureza corrente que podem e devem ser assumidas pela entidade que utiliza, mas, de facto, aquilo que nos sinaliza há aspetos que já estavam identificados estão na divisão de edifícios municipais para análise, terão que ver com precisamente com o transporte, enfim, da daqueles contentores de grande porte que foram para outro local e dão-nos ali uns pilares, etc. mas, sei que os nossos serviços já estiveram a avaliar e até deram com outras fissuras no edifício que nos causam, obviamente alguma preocupação.

Aguardamos relatório técnico para saber se é preciso alguma situação de desalojamento porque, olhe recentemente para quem ainda não sabe, mas torne público nós em 48 horas fechámos a escola da Palhota e alojamos as duas turmas da Palhota em salas, noutro local. Felizmente, está toda a gente feliz, foi explicado, mas porque, apesar de estarmos a fazer um projeto para a reabilitação e reforço daquela estrutura, lembrámos depois daquela atividade sísmica, infeliz, aqui bem próximo, porque os efeitos sentiram-se aqui de voltar a dar uma volta ao edifício, passo o pleonismo e, de facto, ficámos preocupados e não quisemos correr riscos,

também nesse edifício iremos fazer o mesmo tipo de vistoria e de análise, sendo que as outras reparações mesmo ditas mais correntes, nós procuraremos fazê-las através da nossa divisão de edifícios municipais para que inovar autismo esteja em condições.

A questão dos estores, eles, de facto, são antigos e as caixas estão cheios de pássaros porque aquilo nunca era aberto, agora cada vez que se puxa vai as correias, caem as palhas dos ninhos, enfim, os serviços já identificaram isso e vão naturalmente planear a intervenção e ficaram agora particularmente atentos a esta necessidade de aferir se aquelas patologias são mais graves do que aquilo que inicialmente foi identificado.

Relativamente à questão do Sr. membro da Assembleia da bancada do Chega, a Unidade de Saúde Familiar de Quinta do Anjo como vai ter oportunidade de ver na proposta que iremos discutir a seguir, enfim, o Governo, porque se comprometeu com a União Europeia e com a Comissão Executiva, enfim, em fazer depender a alocação de verbas do PRR, em vários avisos ao longo do ano dependente da aceitação dos autos de transferência de competências na área da saúde, não fez sair o aviso.

O projeto recentemente foi alvo de mais algumas afinações, mas está aprovado já pela ARS, e, portanto, também é com essa aprovação e com a fase em que o projeto está, que não precisa de ser já projeto de execução acabado que se pode concorrer o PRR, para ter essa verba. Tenho informação, até já foi respondida a outros partidos através de requerimentos na Assembleia da República, que já afinaram ali um valor de dois milhões e cinquenta mil euros, mas que há de sair um aviso quando a proposta que trazemos a seguir, é uma coisa que nos causa aqui bastante incómodo, eu não tenho um medo das palavras, considero que é uma chantagem que não deve ser feita ao Poder Local, mas também os senhores aprovarão ou não, sob condição do aviso sair até final do ano, e, portanto, depois do aviso sair há a candidatura e depois há de haver o projeto de execução e o lançamento da empreitada durante o ano de 2024, já queríamos ter começado há mais tempo, mas, desde o momento em que deixou de haver oportunidade de fazer os Centros de Saúde no "2030" e passou a estar no PRR e com estas condicionantes e chantagens todas, isto tentado a arrastar-se.

Sobre a questão da Sra. Presidente da União de Freguesias de Poceirão Marateca, que saúdo porque estamos aqui em casa emprestada na sua freguesia, assim como outros membros do executivo e trabalhadoras da freguesia que aqui estão presentes, de facto, na sequência da última diligência institucional e pessoal feita no próprio Ministério da Administração Interna, o aperto de mão não chega e o compromisso do Sr. Ministro, mas está assumido e temos semanalmente tido contactos com o seu gabinete, há previsão do da minuta do contrato Interadministrativos para o financiamento chegar-nos em outubro para aprovação também na Câmara, porque o Governo obviamente tem que ter esta matéria também em Orçamento de Estado, tem que publicar uma portaria de extensão de encargos aquilo, vem em tranches por dois ou três, e é com essa publicação que nós podemos meter o dinheiro no nosso orçamento e lançar a empreitada que como sabeis tem o projeto aprovado já final, está tudo pronto a lançar concurso, o que pode correr mal é que estando pronto, com caderno de encargos feita há 6 meses, se o concurso for em janeiro, se calhar, já custa mais, mas, pronto, vamos ver que verba é que vem no contrato Interadministrativos e, portanto, estimamos até final do ano celebrar esse contrato e seguramente lançaremos a empreitada assim que houver a portaria de extensão de encargos publicado em Diário da República, disse Sr. Presidente."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

Não há mais nenhuma intervenção?

Então passamos ao ponto dois da ordem de trabalhos, que o Sr. Presidente Câmara acabou agora mesmo iludir, Sr. Presidente faz favor."

PONTO 2 – Auto de Transferência de Competências no âmbito da Saúde, entre o Ministério da Saúde, a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. e o Município de Palmela.

O Sr. Presidente de Câmara:

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

Com a lei 75/2013 de 12 de setembro, em que se estabeleceu o Regime Jurídico das Autarquias Locais, ficou igualmente estabelecido o Regime Jurídico da Transferência de Competências do Estado para as Autarquias e para as entidades Intermunicipais bem como aprovado, o Regime Jurídico do associativismo autárquico, e nesta lógica de descentralização e subsidiariedade os governos constitucionais, os últimos entenderam promover a descentralização de competências da administração direta e indireta do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, mediante um conjunto de subseqüentes iniciativas legislativas, que tiveram como corolário a Lei Quadro de Transferência de Competências para as Autarquias e para as entidades Intermunicipais a lei 50 de 2018, de 16 de agosto.

Deste ordenamento jurídico constam os princípios e as linhas mestras da descentralização em diversas áreas, nomeadamente a da Saúde que nos termos da legislação aqui aduzida estatui a competência dos órgãos municipais prevendo concretamente a sua participação no planeamento, gestão e realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, a gestão manutenção e conservação de outros equipamentos afetos aos cuidados de saúde primários, a gestão de trabalhadores inseridos na carreira de assistente operacional, gestão dos serviços de apoio logísticos das unidades funcionais, bem como a parceria estratégica nos programas de prevenção da doença.

A transferência de competências para os órgãos municipais a que se refere este artigo, é formalizada em auto transferência a assinar pelo Ministério da Saúde, Administrações Regionais de Saúde e Municípios. O desenvolvimento de todo o processo tem suscitado por parte dos municípios, um debate e uma análise detalhada e atenta que permitiram detetar graves desajustes do quadro normativo face às realidades e necessidades com que se confrontam os diferentes territórios.

Os autos de transferência propostos foram assim, objeto de contestação, de prorrogação e mesmo de recusa, nós chegámos aqui a votar a recusa, embora não por unanimidade até os autos estarem devidamente corretos naquilo que diz respeito à identificação dos espaços gerir, etc. etc. e, portanto, houve muitas negociações destas questões consideradas fulcrais para uma assunção responsável dos compromissos, bem como da preocupação adequar os recursos financeiros ao investimento necessário nas diferentes vertentes desde o apoio logístico a manutenção, recuperação dos equipamentos existentes, como da construção de novos equipamentos entre outros.

Esse exemplo, o acordo sectorial de compromisso entre o próprio Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses para a descentralização nos domínios da educação e saúde em julho de 2022, que veio demonstrar a necessidade de se proceder a ajustamentos a par da classificação das verbas a transferir anualmente e de garantir o financiamento necessário dos investimentos programados ou serem objeto planeamento, conjunto por parte do Ministério da Saúde entidades regionais e locais. A este propósito faço aqui uma explicação quando se diz que as autarquias que, isto não é só o auto da gestão dos equipamentos existentes, mas que passam a participar no planeamento, na construção, e nos investimentos, obviamente esta foi uma das clarificações é que os investimentos têm que estar mapeados e financiados pela Administração Central e o neste caso, o Governo encontrou o PRR para o efeito e a nossa Unidade de Quinta do Anjo, lá está, lá está, como no mapa a financiar, enfim, nas condições de aceitação do auto entre outras.

O município de Palmela, apesar de considerar desde o início que não é esta a reforma, nem são estas as medidas que o SNS necessita para resolver e melhorar as respostas nos Cuidados de Saúde Primários, demonstrou permanentemente abertura, esforço positivo na negociação patentes no aperfeiçoamento de dez propostas de versões de auto de transferência apresentados nos últimos dois anos em articulação com a ARSLVT com quem negociámos IP e nos últimos tempos até com a presença de duas reuniões com o Adjunto do Sr. Ministro da Saúde, portanto, a negociação para o aperfeiçoamento dos autos foi intensa, difícil, mas dar-vos aqui nota que as questões, enfim, ficaram minimamente esclarecidas.

O Governo, entretanto, comprometeu-se com o Conselho da União Europeia na decisão do Conselho relativa à aprovação da avaliação do Plano de Recuperação e Resiliência, que faz depender a libertação de verbas para a construção de novas unidades de Saúde Familiar da assinatura de mais cem autos de transferência de competências para as autarquias entre outras metas do PRR que os Governos Nacionais neste caso, o português tem de cumprir para que a verba venha sendo desbloqueada. Por outro lado, é consabido que a maioria das autarquias portuguesas ainda não aprovou a transferência de competências nesta área, não vos consigo dizer

hoje à data é a maioria, mas à data estava ali muito meio por meio, mas sabemos que fruto desta chantagem já muitas outras também assinaram. E porquê, porque de facto e não deixa de ser verdade, estamos todos receosos e cientes das insuficiências do processo em cada um dos altos, mas também dos custos indiretos sejam financeiros sejam de funcionamento que aumentam significativamente a pressão sobre os seus serviços e antevendo que os cidadãos e cidadãs passarão até responsabilizar injustamente das autarquias por insuficiências de funcionamento de um sistema que cabe ao Estado Central gerir e garantir para a plena satisfação na resposta à população, portanto, nós temos consciência que isto não vai ser fácil, tal como não está a ser na educação e no social, que nos vai criar muitas dificuldades e não deixamos de alertar e denunciar.

Considerando o protocolo de colaboração celebrado com a *"ARSLVT IP - Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo"* tendo em vista a construção da Unidade de Saúde Familiar da Quinta do Anjo em terreno cedido pelo município e com projeto já executado é sobretudo, o superior interesse de população da freguesia de Quinta do Anjo, que nos leva a apresentar a presente proposta verificando-se atualmente as condições consideradas mínimas para a aceitação do Auto de Transferência nos termos em que está aí nos anexos sob condição de ser revista a deliberação que aqui se propõe caso o aviso para a candidatura a financiamento para a obra da Unidade de Saúde Familiar de Quinta do Anjo, não se concretize até final de 2023.

Assim, no cumprimento do disposto da legislação aduzida na proposta e que a enquadra o que se propõe é que a Assembleia Municipal considerando a aprovação trazida da reunião de Câmara, é que a Assembleia Municipal possa deliberar a assunção, enfim, desta competência nos termos do Auto que aqui está, mas para produzir efeitos apenas a partir de um de janeiro de dois mil e vinte e quatro, e eu digo apenas, porque todas as propostas eram para ter começado há mais tempo e a última proposta, a penúltima proposta, aliás, até vinha para começar já em outubro e portanto foi fácil fazer ver a Administração Central, que isso é inviável, até do ponto de vista das cabimentações do Orçamento de Estado, da própria DGAL, das transferências que tem que fazer para autarquia e, portanto, isto tinha que coincidir, pelo menos com início do próximo ano civil.

De grosso modo é este o fundamento da proposta, deixando de denunciar aqui uma situação que nos parece pouco correta, fazer depender uma coisa de outra, mas como disse e esta é uma proposta minha, que a subscrevi e que assumo a sua responsabilidade na íntegra é, sobretudo esta questão da unidade de saúde que nos faz avançar para esta decisão de aceitarmos este Auto com muitas dúvidas, mas também com muita determinação, para fazer melhor do que aquilo que faz o Ministério da Saúde, disse."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sobre esta matéria quem quer intervir?

António Mestre, CDU faz favor."

O Sr. António Mestre da CDU:

"Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia, caríssima Mesa, Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara e restante executivo, caros membros da Assembleia, digníssimo público e técnicos, comunicação social, a todos aqueles que nos assistem em casa, boa noite.

A proposta que hoje apreciamos relativo ao Auto de Transferência de Competências no Âmbito da Saúde, resulta como já foi indicado de um processo negocial entre a tutela e o município, nela são acometidos responsabilidade, a ambas entidades, o que faz supor a predisposição de ambas para a sua concretização, de entre estas, está na proposta a construção da nova Unidade de Saúde Familiar Quinta do Anjo, justa, reivindicação das populações há mais de duas décadas e à qual a Junta de Freguesia sempre exigiu e por muito lutou.

Sendo esta a vontade expressa também, no programa eleitoral da CDU que foi votado maioritariamente pela população. Considerando a enorme responsabilidade que significa a assinatura deste Auto. Os encargos que passarão a estar acometido de um município a incerteza de que mesmo a construção da nova Unidade de Saúde venha a ser dotada com os meios técnicos e recursos humanos, médicos, enfermeiros e auxiliares necessários e a forma de pressão que o Governo exerceu para fazer depender um serviço básico da aceitação deste Auto,

mas, acima de tudo imperando como exigência maior o servir as populações e a população da Freguesia de Quinta do Anjo e sendo fiel ao compromisso que a Junta de Freguesia assumiu e que eu assumi com esta, a bem da Saúde digna acessível para todos os nossos habitantes, o meu voto e Sr. Presidente, considere uma Declaração de Voto, que passarei depois à mesa, o meu voto é positivo, votarei a favor desta proposta em defesa da Freguesia de Quinta do Anjo e da sua população, confiando na vontade municipal de tudo fazer, para que esta nova Unidade de Saúde seja uma realidade, mas mantendo uma atitude vigilante sobre a atitude também do Governo sobre a forma e os tempos da sua concretização bem como das imperiosas medidas para dotar este novo equipamento de recursos humanos para servirem a população da freguesia, a saúde de qualidade não pode esperar mais na nossa freguesia.

António Mestre, Presidente da Junta.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Só não vou fazer isso como uma declaração de voto, é uma declaração de princípio, porque a declaração de voto tem que ser depois da votação, nessa linha perfeitamente de acordo.

Cláudia Estevão, Partido CH, faz favor.”

A Sra. Cláudia Estevão do CH:

“Antes de mais cumprimentar todos os presentes, cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia e também quem nos assiste em casa.

O Chega votará favoravelmente neste ponto, contudo, deixa aqui alguns considerandos. O Chega veio reconhecer os potenciais resultados positivos deste Auto de Transferência de Competências, sobretudo no que respeita a uma prestação de cuidados de proximidade, portanto, mais capaz de responder às necessidades das populações locais.

A melhoria da acessibilidade aos cuidados de saúde, principalmente no que respeita à promoção da saúde e a prevenção da doença e a promoção de respostas mais criativas e mais eficientes que surgem do conhecimento que se tem as populações que estes serviços servem, contudo, reconhece que em matéria de cuidados de saúde, a Administração Central no que respeita às competências delegadas apenas prescindiu dos investimentos em infraestruturas e de atividades que são claramente secundárias na área da saúde e gostaríamos de destacar aqui três competências transferidas, a construção das novas unidades de saúde pelo relevante potencial de melhoria na acessibilidade aos cuidados de saúde, pese, embora, as deficiências de avaliação no edificado dos Centros de Saúde possa vir a constituir um problema. Destacamos também o facto das competências transferidas, tal como o Sr. Presidente disse, não permitiam aos municípios fazer aquilo que realmente poderia ser a diferença da prestação de cuidados de saúde ao nível dos cuidados de saúde primários, nomeadamente, por exemplo, adequação de horários de funcionamento às necessidades das pessoas que ali vivem, naturalmente, elencar aqui, por exemplo, novas valências, saúde oral, saúde visual, exames auxiliares de diagnóstico, enfim, aquilo que as populações daquele local necessitarem bem como a ampliar, por exemplo, os cuidados domiciliários, particularmente consultas domiciliárias aos mais idosos, nós temos uma área extensa rural e nós sabemos que as zonas rurais têm maior dificuldade no acesso aos cuidados de saúde e isso não está nas mãos do município, mudar isso, sim, me parece que faria a diferença neste tipo de cuidados.

Outra das competências que queremos aqui realçar diz respeito à gestão dos trabalhadores assistentes operacionais e nesta área destacamos preocupações relacionadas com a dotação dos assistentes operacionais nas equipas de saúde e consideramos que deve ser acautelado primeiro que as verbas transferidas não contemplem apenas as vagas preenchidas, portanto, devem contemplar as vagas que existem nos quadros de pessoal, porque existe aqui discrepância é importante que se perceba qual será a situação dos profissionais contratados a termo e também é importante acautelar como é que se faz a ampliação do quadro de pessoal caso existam novas necessidades, que é importante aqui acautelarmos como é que vamos fazer.

Depois uma última competência é a participação das autarquias nos programas de prevenção de saúde e aqui destacamos, sobretudo porque estamos a falar de cuidados de saúde primários, a vacinação e os rastreios e aqui consideramos que o papel dos municípios pode, de facto ter resultados muito positivos, investir em ações sistemáticas e sistematizadas de promoção da literacia em saúde e rastreios.

Por fim destacamos ainda a necessidade de atender à promoção da equidade em Saúde desígnio do Serviço Nacional de Saúde e, portanto, os cuidados de saúde primários. Dado o reconhecimento da persistência de várias desigualdades geográficas. E, nesse contexto, temos um não o município com uma extensa área rural, nós sabemos que existem diferenças grandes no que diz respeito à previsão de cuidados de saúde primários de cuidados de saúde a quem vive em zonas rurais e a quem vive em zonas semiurbanas e, portanto, é importante acautelar que esta transferência de competências, consegue fazer um diagnóstico das desigualdades existentes, sobretudo, as iniquidades que são sempre desnecessárias injustas e nesse contexto de garantir que, pelo menos não as conseguirmos, bateram pelo menos que as consigo anos não aumentar.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado pela sua intervenção.

Tânia Ramos, Bloco de Esquerda faz favor.”

A Sra. Tânia Ramos do BE:

“Ora, muito boa noite, novamente. A posição do Bloco de Esquerda é conhecida e defendemos que a transferência de competências para as autarquias locais não deve agravar as desigualdades territoriais e deve ocorrer apenas nas áreas em que os municípios estejam em melhores condições de assegurar o respetivo exercício ainda que não será admissível qualquer responsabilização do Estado Central nas suas funções sociais de âmbito universal, como é o caso da Educação.

O Bloco de Esquerda tem sido crítico desta transferência de competências, tanto ao nível da Educação, da Cultura e continuará a ser crítico relativamente a saúde, achamos que, para além das críticas que fazemos este processo e que são conhecidas, pensamos que Câmara Municipal devia optar pela prudência e pela crítica também este processo consideramos que estas contrapartidas são contrapartidas que poderão ser um embuste e, como tal o voto do Bloco de Esquerda relativamente a este Auto, será o de contra.

Disse Sr. Presidente, muito obrigada.”

O Sr. Presidente da Mesa:”

“Muito obrigada.

Ricardo Marques Partido Socialista.”

O Sr. Ricardo Marques do PS:

“Muito boa noite a todas e a todos, Sr. Presidente na sua pessoa cumprimento todos os presentes a fim de avançarmos na hora e na nossa ordem de trabalhos.

Em relação a este ponto já é conhecida a posição do Partido Socialista favoravelmente à descentralização de competências, mas sempre tivemos nestas questões, em todas as áreas da descentralização, também tivemos sempre do lado da execução de quem executa e sabendo sempre quais são as medidas necessárias para as necessidades que temos e, portanto, isso tem sido sempre bem presente, nomeadamente nas reuniões de Câmara.

É com agrado que vemos finalmente este documento aqui para aprovação, como está plasmado e como o Sr. Presidente também disse, isto foi um longo caminho, a negociação intensa, volta para cá, volta para lá e, portanto, acredito que muitas das exigências e que muitas delas também acompanhámos estão já presentes

neste Auto, portanto, acho que, para além de estarmos a representar partidos e forças políticas diferentes, é necessário também olharmos aqui em prol da população, efetivamente acreditamos que este documento assim o fará, contudo, também, se não estou a incorrer em erro este também é um auto que pode ter ajustes o futuro e, portanto, isso também nos permite aqui e também dá a visão de uma sensibilidade se me permitem do Ministério da Saúde, à complexidade do tema e, portanto, aqui acho que faz todo o sentido que este auto também passe nesta Assembleia.

Achamos que uma posição contra isto, coloca em causa também e, como referido o investimento em infraestruturas de saúde no nosso concelho e, nomeadamente USF de Quinta do Anjo, mas, sobre isso dizer claramente, nós não acompanhamos as palavras de chantagem em relação a isso, porque efetivamente estamos a falar aqui de uma negociação entre instituições nacionais e supranacionais e que, no fundo é como a câmara quando concorre a fundos europeus e tem que ajustar muitas vezes os seus projetos para conseguir implementar aquilo que é no território, porque podia dar um exemplo, ou dois aqui, por exemplo, o estacionamento na estação ferroviária do Pinhal Novo no lado sul, teve que ser enquadrado noutro tipo de projeto para que esse investimento viesse cá, portanto, muitas vezes falamos aqui da das instituições da União Europeia e esquecemos que, também nós, vamos muitas vezes lá e temos que fazer os ajustes para ter aqui as nossas sociedades cumpridas é, por isso que uma das condições do PRR, é efetivamente efetivação, passando a redundância da descentralização de competências, como tal e posto, isto, eu acho que isto acontecerá esta questão de efetivação do PRR e das transferências, isto concordemos ou não, elas terão que ser feitas, portanto, acho que aqui temos que olhar efetivamente para a população e perceber aquilo que temos que estar do lado que temos que estar, do lado certo nestas questões. Ainda para mais reforço aquilo que referi anteriormente se insistir a que a necessidade de um mecanismo de ajustes, acho que há aqui uma amplitude de trabalho futuro importante e que segue aquilo que é a nossa visão política também na questão das descentralizações, acho que só por teimosia e obtusidade política local é que nós não podemos avançar com estes temas, portanto, da nossa parte, o voto é favorável e disse Sr. Presidente.

Muito obrigado.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Carlos Jorge de Almeida, CDU.”

O Sr. Carlos Almeida CDU:

“Muito obrigado Sr. Presidente, cumprimentar vossa Excelência a mesa e os membros da Assembleia, cumprimentar na pessoa do Sr. Presidente os Srs. Vereadores, cumprimentar o público está connosco aqui e em sua casa, os funcionários municipais, a comunicação social.

Entendemos que esta matéria é em si tão relevante que a sua abordagem carece do enquadramento histórico e gostaria de recordar os que em 17 de abril de 2018, um tempo da nova fase da vida nacional, curiosamente, o Governo PS e o PSD anunciaram ter fechado acordos para a descentralização e fundos estruturais.

A solidariedade do momento foi tal de monta que os próprios líderes partidários entregaram esse respetivo texto e assumiram que o fazendo e falamos, obviamente, do ponto de vista do Governo, aquilo que pretendiam era dar um decurso ao princípio da subsidiariedade, na verdade, os cidadãos foram deixados reféns de capacidade política e técnica dos municípios onde residem, para negociar orçamentos necessários, para concretizar investimentos em instalações e equipamentos e sua manutenção, e para gerir também recursos humanos indispensáveis para a qual nós estamos preparados e a efetivação do direito à saúde. Se este conteúdo é um conteúdo que tem que ser precisado e contra o qual não estamos obviamente de acordo, também a forma merece a censura.

Na verdade, manifesta-se muitas das vezes, sobretudo quando entrou em rota de progresso, esta questão das transferências da área da saúde, na área da educação, na área social, e em múltiplas áreas da nossa vida

coletiva o Governo também proclamou sempre o reforço da autonomia do poder local, as autarquias locais e não só na subsidiariedade, mas também da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.

Estamos a ter um momento singular, deixem-me que vos recorde, neste fim de semana reunirá em Congresso o Fórum Magno dos municípios, do nosso municipalismo e é nesta mesma altura que constatamos que esta forma, a forma seguia aqui que o Sr. Presidente da Câmara também se referiu é uma forma que se alargou a todos os municípios, independentemente obviamente, da sua coloração política, trago-vos aqui, por exemplo, rapidamente o extrato do ponto um ao número cinco, do auto apresentado no município de Almada aos órgãos municipais, obviamente por quem de direito, pois a Câmara Municipal onde refere taxativamente que em reunião de 22 de Março de 23 nos serviços centrais da ARSLVT o município de Almada, obviamente foi informado condicionamento da abertura de avisos para construir centros de saúde em Almada no contexto do PRR, à assinatura do auto de transferências. Pois, com certeza, estamos, obviamente, temos que o dizer contra esta redução das autarquias municipais ou das autarquias de freguesia, meros reféns nos governos centrais de políticas nacionais que balizam a Constituição da República ou vindas de onde vierem.

Manifestamos, obviamente a nossa solidariedade aos nossos munícipes, o nosso fraterno apoio ao Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo que, embora colabore como estas ideias que aqui expressamos manifestará de outra forma, uma vez mais a sua solidariedade, solidariedade que estendemos também aos eleitos da Câmara Municipal, da gestão política que tiveram, obviamente que exteriorizar também da forma que melhor entenderam o seu compromisso a sua natureza e o modo como respeito e fidelidade às populações e aos seus direitos, depois para terminar, dizemos como sentenciou o poeta, *"O que é preciso é ter sempre presente que o presente é um tempo que se vai e o futuro e o tempo existente"*.

Para os nossos eleitos da bancada da CDU, a solidariedade para com os nossos agentes do concelho de Palmela, servindo a causa pública é com a nossa abstenção de hoje continuar a fazê-lo amanhã o tempo resistente, disse, obrigado, Sr. Presidente."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Carlos Vitorino PSD."

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:

"Muito boa noite a todos novamente, e de facto eu concordo com o aquilo que o Sr. Presidente de Câmara referiu relativamente à questão da chantagem. Há duas maneiras de lutar contra quem não chantageia, ou se luta ou então deixamos aprisionar e deixamo-nos levar, e de facto, aqui o Sr. Presidente já que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo nos brindou com um poema, brindo também com um bocadinho de história, quase que nos faz lembrar o último *"Imperador Inca"* que foi aprisionado precisamente por Francisco Pizarro, curiosamente o mesmo nome do Sr. Ministro do Governo Socialista. Aquilo que acontece é estarmos de facto, a ceder a uma chantagem e eu acho que que não é de bom tom, aliás, penso que é a primeira Câmara a votar favoravelmente este tipo de documentos, porque, aquilo que está em causa é, como até referiu a eleita do Bloco de Esquerda, nós temos de saber documento a documento, o que é que vai ser melhor para os cidadãos e para os municípios, isso não vamos honrar demais as Câmaras Municipais, com tudo e mais alguma coisa, porque o Poder Central não se pode eximir das suas responsabilidades e aqui, obviamente que também o Presidente do PSD na altura teve alguma quota-parte de responsabilidades, nós não temos problema em assumir as nossas responsabilidades.

Agora, porquê, porque se também se deixou enredar um bocadinho, se calhar, como o Sr. Presidente de Câmara, no tal engano dos conquistadores socialistas espanhóis, não é, porque, isto é, como tudo, durante seis anos, a geringonça funcionou e estava tudo bem, e, de repente, parece que não está bem assim.

Mas voltando ao caso concreto, na posição da CDU, eu fico sem perceber bem qual é a posição da CDU, porque, de facto, na Câmara Municipal o Sr. Presidente sob proposta sua, três vereadores votaram de uma maneira, um Vereador votou contra, aqui na Assembleia Municipal, um elemento vota a favor, os outros elementos abstêm-

se e, de facto, fiquei aqui um pouco confuso, porque isto era uma coisa que eu não estava habituado a ver, confesso, tendo tido, já há dois mandatos na Assembleia Municipal do Barreiro e tem tido, já aqui alguns mandatos na Assembleia Municipal de Palmela, nunca tinha assistido a uma situação destas, é algo único, mas pronto, nós vamos aprendendo e, de facto, fiquei na dúvida, porque às chantagens nós não devemos ceder.

Disse.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Luís Marques, MCCP faz favor.

Não tenho mais nenhuma inscrição neste momento.”

O Sr. Luis Marques do MCCP:

“Ora, boa noite, mais uma vez.

O sentido de voto da nossa bancada já é conhecido, será, favoravelmente, mas queria deixar aqui algumas notas, algumas ressalvas, nós até podemos perceber o que o Sr. Presidente diz, o que é chantagem, que teve que ceder à chantagem e percebemos o ganho essa chantagem, mas temos consciência que vamos herdar uma transferência de uma competência que já era mal executada pelo Governo Central e que tem muitas debilidades em muitas áreas e que essa herança vai trazer alguns dissabores e que esperamos que o executivo, e o Sr. Presidente tenha isso consciente e que possa de alguma forma contornar isso e tentar dar os ganhos que há pouco a colega Cláudia da Bancada do CH, tinha mencionado dar esses ganhos para o bem da população na área da saúde para o nosso para o seu município.

Tenho dito.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito Obrigado.

Cecília Sousa, CDU faz favor.”

A Sra. Cecilia Sousa da CDU:

“Sr. Presidente, os eleitos da CDU usam sempre o voto que lhes foi dado pelos eleitores para intervir politicamente com a noção de que a construção autárquica é sempre um processo continuado a exigir intervenção.

O voto não deve ser apenas um voto, um voto passivo, é um voto que reflete, e este voto vem refletir a plena confiança em quem gere esta autarquia e sobretudo valoriza o processo de debate democrático. No entanto, a desresponsabilização do Estado não pode corresponder à transferência de encargos de introduzir mais desigualdades e mais assimetrias entre os territórios, passando o descontentamento das populações relativamente ao que é incómodo para o Governo ou seja, passando o odioso para as Câmaras Municipais, estas transferências de competências, não é mais que a necessidade imperiosa de passar para os municípios com má fé, competências que não vão resolver as necessidades imediatas das populações, continuarão a ficar desprovidas de médico de família com elevados tempos de espera para consultas, para cirurgias, para tratamentos e exames. No entanto, a gestão das autarquias está desconfiada e nós assumimos as maiores responsabilidades na defesa dos interesses das populações presença necessária para dar corpo às aspirações locais, à voz exigente e construtiva para garantir a gestão transparente eficaz, o trabalho autárquico é, acima de tudo um compromisso com a comunidade.

Estamos na União de Freguesias e permitam-me falar deste território, um território com uma identidade única que, no dia, a dia, cria pontos e sinergias dentro das áreas que são competência da Junta, mas também assume

o dever de acompanhar a população em questões que não sendo da sua competência, tenta sempre ajudar na resolução e dar-vos um exemplo neste território, que pela dimensão em distanciamento e devido ao abandono do Poder Central não estar em áreas fundamentais, falamos, por exemplo, da privatização dos CTT que pôs em causa a garantia do serviço postal universal e que tem promovido a degradação sucessiva do serviço prestado com uma estratégia de desresponsabilização e de encerramento de estações e postos e entregou o ónus de custo do problema às Juntas de Freguesia, no caso deste território, a Junta assume a conta do seu orçamento, terminou com protocolo próprio com os CTT, mas assume grande parte das pensas à custa do orçamento da Junta, três postos de correio, num território de 242 quilómetros quadrados.

Para terminar, dizer que descentralizar implica o poder de executar, mas também é indispensavelmente, o poder necessário, o poder de decidir.

Disse.”

O Sr. Presidente da Mesa:

”Muito obrigado, Sra. Presidente.

Não há mais intervenções?

Não sei se o regimento permite que todos os membros de cada partido falem sobre o assunto, mas eu não tenho problema com isso, Joaquim Pires faz favor.”

O Sr. Joaquim Pires da CDU:

”Parece que não impede.

Senhor Presidente, eu vou ser breve também.

Só uma pequena questão engraçada ali do ilustre membro Carlos Vitorino, que se mostrou um bocado perplexo, digamos assim, sem saber o que pensar relativamente à posição final da CDU, ou então, como acrescentou abstenção no final, andará a ouvir Ana Moura n’ “Os Búzios” que é uma canção muito bonita, é um fado muito interessante que nos leva a sonhar com certas coisas, muito bem, e com todo o respeito.

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. membros da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, sobre a proposta em discussão gostaria de apresentar a posição da CDU, que passo a ler:

É conhecida a posição de discordância que a CDU tem tido relativamente à transferência de competências do Estado Central para as autarquias, locais e entidades intermunicipais previstas na Lei 450/2018, de 16 de Agosto, e consagrada mais especificamente no Decreto-lei, 23/2019 de 30 de Janeiro, no que à saúde diz respeito.

Reiteramos a nossa preocupação com as consequências que advêm da degradação das funções básicas do Estado responsabilizando-se este pela garantia da universalidade dos direitos sociais, entre os quais a saúde assume particular importância. Insistimos na nossa posição, e que o Serviço Nacional de Saúde necessita de investimento e medidas para resolver e melhorar as respostas dos vários equipamentos e patamares em que o direito à saúde deve ser assegurado a todos os cidadãos desde logo o nível dos cuidados de saúde primários que não são garantidos com o processo de transferência que agora se impõe.

Este processo de transferência de competências não contribui para a coesão dos territórios antes, pelo contrário, acentuará as assimetrias fazendo depender as condições de acesso das populações aos cuidados de saúde da capacidade financeira de outros recursos que cada território consegue mobilizar e da vontade política de cada Câmara Municipal, por outro lado, é já sabido pela experiência comprovada com a transferência de competências na área da educação que as transferências financeiras ficam sempre aquém das necessidades reais identificadas pelos municípios contribuindo para o desequilíbrio financeiro das autarquias e para o desvio de verbas que deviam ser investidas em competências que, essas sim, são, e sempre foram, da sua responsabilidade, no entanto, para além da legítima exigência das populações junto da Câmara Municipal, caberá ainda ao Ministério da Saúde, a fiscalização das condições existentes em cada equipamento, determinado os investimentos necessários para a resolução dos problemas que são gritantes e que esse processo não garante ajudar a

resolver, mas que ficarão à responsabilidade de cada Câmara Municipal numa violação clara dos princípios da autonomia do poder local democrático.

Ainda não menos importante é a sobrecarga gerada sobre recursos humanos das Câmaras Municipais com novas exigências, sob a sua estrutura organizacional criando a necessidade de aumentar o número de trabalhadores próprios que, naturalmente não serão contabilizados no pacote financeiro a receber, finalmente, criticamos a atitude de pressão do Governo, fazendo depender da aceitação deste auto a construção da extensão, de Saúde da Quinta do Anjo, cuja necessidade é reconhecida desde 1999 com terreno, entretanto, cedido pela Autarquia, pela Sub-Região de Saúde de Setúbal em 2003. Em conclusão, apesar de todos os aspetos anunciados e confirmamos na avaliação, e na negociação das questões consideradas fulcrais feitas pela nossa Câmara Municipal, declaro que a posição da bancada da CDU será a abstenção.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

É para a defesa da honra, portanto, é trinta segundos.”

O Sr. Joaquim Pires da CDU:

“Eu não ofendi ninguém.”

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:

“Não será a questão da defesa da honra, mas, sim, já que foi mencionado era para dizer que, finalmente percebi a posição da CDU, os Srs. estão contra, mas abstêm-se porque o senhor Presidente votou a favor.

Muito obrigado.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Alguma nota mais?

Sr. Presidente de Câmara, penso que não há matéria que justifique intervenção sua nesta parte, não sei se quer intervir.”

O Sr. Presidente de Câmara:

“Não justifica, mas quero que fique em ata, que é bom revisitar a intervenção quer noutros mandatos da bancada do PPD/PSD e de outras bancadas à cerca desta matéria com proposta para inclusão desta obra em PIDDAC, etc. etc. e, portanto, se há aqui contradições, elas estão, sobretudo na posição de outras bancadas, de resto é a vida e há objetivos que estão acima de todas as outras diferenças político-ideológicas e o nosso compromisso é com a população.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado, senhor Presidente votamos então.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor (Um CDU-António Manuel Caeiro Mestre, nove do PS, quatro do MCCP, e dois do CH) e quatro votos contra (três do PPD/PSD e um do BE) e onze abstenções da CDU.

O Sr. Presidente da Mesa:

"Passamos ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, ponto 3, Sr. Presidente de Câmara faz favor."

PONTO 3 – Regime Geral de Prevenção da Corrupção - Aprovação de Plano de Prevenção de Riscos, Norma de Sistema de Controlo Interno e Código de Ética e Conduta.

O Sr. Presidente de Câmara:

"Senhor Presidente, naturalmente, admitiram que eu não faça a leitura na íntegra da proposta, ela eminentemente técnica e só dar nota que desde a existência desta legislação que o município criou-o os mecanismos que a lei previa com este desígnio, entretanto, a nível nacional, houve a criação de alguns de grupos de trabalho para aprofundar esta matéria e até foi estabelecido pelo Governo uma estratégia nacional anticorrupção "2024" aprovada em Conselho de Ministros daí depois, a criação de um mecanismo nacional anticorrupção e aprovado um regime geral de prevenção da corrupção., num decreto-lei em 2021.

Daí para cá, constatou-se a necessidade de atualizar o município e a generalidade das outras entidades de atualizarem de acordo com esta nova legislação o seu plano de prevenção de gestão, incluindo de corrupção e infrações conexas a sua norma de controlo interno e, portanto, houve um intenso trabalho de alteração destes planos, deste código e desta norma e saltando aqui os considerandos e a explicação técnica da proposta e até porque há aqui uma conexão intrínseca entre estes três instrumentos normativos, o plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, a norma do sistema de controlo interno, código da ética e de conduta. Optou-se aqui por fazer a integração em proposta única, sem prejuízo quanto a um dos instrumentos o PPR, a sua aprovação final competir a Assembleia Municipal mediante proposta da Câmara e, portanto, o que se propõe é submeter a deliberação da Assembleia Municipal o novo projeto plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas da revogando o vigente "PPCIC " que era a sigla do anterior, que era de acordo com a legislação 2010.

A outra matéria a norma do sistema de controlo interno e a outra norma até competem exclusivamente à Câmara Municipal, mas isto está tudo num documento único e, portanto, trazemos à Assembleia Municipal para que delibere em conformidade com o que entender."

O Sr. Presidente da Mesa:

Muito obrigado.

Intervenções sobre esta matéria?

Pedro Barão CHEGA, faz favor."

O Sr. António Mestre da CDU ausentou-se da sala pelas 22:54 horas.

A Sra. Ana Filipa Ferreira da Costa da CDU ausentou-se da sala pelas 22:54 horas.

A Sra. Mónica Costa da CDU ausentou-se da sala pelas 22:54 horas.

O Sr. José Oliveira da CDU ausentou-se da sala pelas 22:54 horas.

O Sr. João Cruz da CDU ausentou-se da sala pelas 22:54 horas.

O Sr. Ricardo Marques do PS ausentou-se da sala pelas 22:54 horas.

A Sra. Mónica Piçarra do PPD/PSD ausentou-se da sala pelas 22:54 horas.

O Sr. Pedro Barão do CH:

"Muito obrigado Sr. Presidente.

O voto da bancada do Chega, será favorável neste ponto, permita-me aqui acrescentar algumas linhas.

O plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas a nova norma do sistema de controlo interno assim como o código de ética são documentos basilares a implementação de um sistema de prevenção de práticas de corrupção e de promoção da transparência. Consciente que não erradicaram todos os atos de corrupção, são sem dúvida um passo na direção certa, realçamos a importância de materializar estes documentos através de uma monitorização efetiva dos principais e mais relevantes riscos identificados e consequente elaboração dos relatórios de avaliação anuais do PPR, para melhor conhecermos a eficácia das medidas implementadas também seria relevante conhecer os resultados globais do ano de funcionamento dos canais de denúncias.

Termino, declarando que, no âmbito do combate à corrupção seria positivo e desejável divergir do comportamento do Governo, cuja implementação de ações ocorrem a um ritmo intolerável, exemplo, disso é o funcionamento do mecanismo nacional anticorrupção que, sob a sigla "MENAC" que tendo sido criado no dia 9 de Dezembro de 2021 viu apenas viabilizada a sua instalação definitiva no passado dia 6 de Junho de 2023 com a publicação da portaria que estabelece as condições humanas e materiais necessárias ao seu funcionamento também de realçar o relatório do "Grupo de Estados Contra a Corrupção" publicado no passado mês de Junho que evidencia que Portugal apenas adotou três das quinze recomendações do Conselho da Europa para o combate à corrupção em 2022.

Disse."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Mais alguma intervenção sobre este ponto da ordem de trabalhos?

Não havendo e não tendo existido nenhuma questão clara por parte da intervenção de Pedro Barão, votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade com vinte e três votos a favor (seis da CDU, oito do PS, quatro do MCCP, dois do PPD/PSD e dois do CH e um BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

"Passamos ao ponto 4 da ordem de trabalhos.

Sr. Presidente de Câmara faz favor."

PONTO 4 – Adequação do Regulamento de Urbanização e Edificação do Município de Palmela às normas e características de apresentação dos elementos instrutórios para submissão eletrónica de pedidos – Aprovação.

O Sr. Presidente de Câmara:

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

Mais do que ler o corpo da proposta permitia-me, para facilitar a análise do Srs. membros da Assembleia, recordar que esta alteração tem, de facto, como principal objetivo a definição das normas e características dos documentos necessários para a submissão eletrónica de pedidos, porque ela vai passar a ser exclusivamente a única via, sem prejuízo de continuarmos a aceitar no atendimento presencial, mas com atendimento mediado para introdução dos serviços online, aliás, até a futura legislação de natureza de gestão urbanística que o Governo já anunciou e no futuro é tudo através deste tipo de plataformas, mas constatámos, até já com os serviços em funcionamento, online, que tem tido até um balanço muito positivo, também já vos poderei dar alguns dados, que há alguns aspetos que têm que ser precisados porque estão a ser exigidos nas plataformas, mas que não estão em regulamento e, portanto, os requerentes depois, com toda a legitimidade dizem que não

podemos estar a exigir na plataforma uma coisa que não está no regulamento e, portanto, por um lado, há aqui esta necessidade, por outro lado também a adequação à legislação e, portanto, o trabalho técnico feito, faz-se esta clarificação das normas e características dos documentos necessários à submissão eletrónica e procedem-se também às retificações e atualizações de outros artigos que não estão diretamente relacionados com a submissão eletrónica, mas que carecem de atualização, porque houve, de facto, outras alterações.

As alterações mais relevantes, sentam-se nos artigos 6º, 14º e 17º, que são relativos à instrução dos pedidos que passarão a ser os serviços online os nomes de apresentação dos projetos e a definição e normalização dos tipos de ficheiro a apresentar, coisa que, às vezes provoca grandes inércias e grandes atrasos, porque um apresenta um PDF, que não é o PDF (não audível) é outro PDF, um que tem assinatura, outro não tem assinatura e, portanto, esta clarificação imperativa.

Também na ficha 3, a alteração da retificação do artigo 10º relativa ao espaço público professou prever a possibilidade da prorrogação de prazo para ocupação de espaço público bem como a introdução do artigo 53º do próprio REGUE) que por lapso não estava previsto neste regulamento e que está relacionado com os pedidos de prorrogação de obras de urbanização, esta impossibilidade da prorrogação implicava a instrução seguramente de um de um novo pedido um novo processo.

Na ficha número 4 alteração também da atualização diversos artigos que sem ser alterado o seu conteúdo foi ajustado às alterações legislativas, como vos disse, desde a última publicação do regulamento para cá somos muito pró eficientes em portarias, nisto e naquilo e, portanto, o regulamento, obviamente fica até depois desta atualização daqui a uns meses já está desatualizado com as novas leis que estão aí anunciadas depois, enfim, são dados aqui alguns exemplos, o artigo 24º relativo à instalação de estabelecimentos industriais onde houve profundas alterações na legislação, no 26º, a necessidade de atualização dos instrumentos de gestão territorial eficazes e no artigo 26º, uma matéria que passa a ser recorrente em quase todos os regulamentos e que diz respeito ao tratamento dos dados pessoais dada a nova legislação sobre estas matérias.

Depois foram feitos ainda a ficha número 5 ajustes às definições urbanísticas previstas no artigo, segundo a definição de área de implantação, clarificação também do que é um alpendre, um terraço, e um telheiro e da estrutura das fachadas e de ruína, isto agora é uma brincadeira, costuma-se dizer que os arquitetos são muito criativos e depois cada um também interpreta à sua maneira, isto não pode ser assim isto tem que estar devidamente clarificado para que o regulamento efetivamente regule com rigor e com exatidão, enfim, entre outras também matéria que dantes não estava clarificada que é agora a questão das estufas do conjunto de estufas que possam ou não ser consideradas obras de escassa relevância urbanística, porque senão teriam todas que ser tratadas como uma edificação independentemente do material utilizado e, portanto, houve aqui um bom trabalho técnico. Na minha opinião, só peca por tardia, já devíamos ter trazido e está a Assembleia porque isto esteve também em consulta etc. e aproveitaria a intervenção só para vos dar uma nota importante que tem de ver e, se calhar também permite inferir daqui a forte pressão e dinâmica que há hoje na construção no nosso concelho.

Portanto, de dezoito de outubro do ano passado até dezoito de agosto deste ano, já entraram por submissão no "e-Paper" diretamente cinco mil cento e oitenta e um pedidos, vejam quanto é que dá por dia. Destes três mil trezentos e sete entraram completamente por via digital, mil e oitocentos e setenta e um entraram em papel, mas que depois o nosso "Back Office" teve que pôr tudo digital, mas houve uma grande evolução e de mês para mês, nota-se uma evolução do número de requerentes que utilizam as plataformas e estamos a prever também em outubro, fazer também uma formação para o exterior, para outro tipo de requerentes que nem são técnicos da área, mas há muitos solicitadores, imobiliárias, etc. que também fazem pedidos que entopem com papel e que nós vamos também dar-lhes formação para que este mecanismo seja cada vez mais utilizado e produza, de facto, resultados de maior eficiência na celeridade da tramitação. Disse."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

Intervenções sobre esta matéria?

Tânia Ramos Bloco de Esquerda."

A Sra. Tânia Ramos do BE:

"Obrigada Sra. Presidente.

Sr. Presidente de Câmara tenho aqui uma questão que fiquei na dúvida o que estava a explicar era que a entrega de requerimentos e comunicações será feita toda online, então e diga-me no caso de haver um município que não tenha essa capacidade, a não existência de requerimentos em papel o município tem de se dirigir à Câmara e tem que pedir o apoio para fazer esse requerimento ou que marcar uma reunião como é que isso, pois é feito?

Não existindo depois um documento em papel a pessoa que o quiser fazer sem a capacidade de aceder à plataforma digital como é que faz, como é que chega aos serviços da Câmara?

Muito obrigada."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Mais intervenções? Não havendo, passo a palavra, ao Sr. Presidente de Câmara, faz favor."

O Sr. Presidente Câmara:

"Muito obrigado pela questão que ajuda a clarificar, é simples, a obrigatoriedade e aquilo que vem aí até da nova legislação é tudo online até querem uma plataforma única para o país, já é assim em várias outras plataformas de comunicação prévia de abertura de registos de atividade etc. etc. obviamente, o atendimento municipal presencial assegura as pessoas e dar-lhe o apoio na submissão, como já hoje se faz., mas também tínhamos a consciência que a generalidade dos processos hoje têm técnicos, prestadores de serviços a trabalhar para os para os requerentes não é, porque isto não se trata de entregar um papel têm que entregar termos de responsabilidade etc. e quase todos os técnicos hoje têm essa credenciação também online, têm que fazer assinatura digital e portanto, paulatinamente vão inscrever-se na plataforma, ter o seu login, ter a formação que que quiserem, também temos lá vídeos tutoriais de utilização, faremos também formação para a comunidade, mas temos sempre a garantia do nosso atendimento presencial de estar sempre disponível para ajudar os requerentes a fazer este trabalho lá mesmo no local."

O **Sr. João Ricardo da CDU** ausentou-se da sala pelas 23:04 horas.

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

Não havendo mais questões e ou dúvidas votamos o ponto 4 da ordem de trabalhos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade com vinte e três votos a favor (seis da CDU, oito do PS, quatro do MCCP, dois do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

"Passamos ao ponto 5 da ordem de trabalhos, Sr. Presidente de Câmara faz favor."

A **Sra. Mónica Piçarra do PPD/PSD**, retomou participação nos trabalhos pelas 23:05 horas.

O **Sr. Ricardo Marques do PS**, retomou participação nos trabalhos pelas 23:06 horas.

PONTO 5 – Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo.

O Sr. Presidente de Câmara:

"Resumiria a proposta, falando sobretudo nas alterações que nós consideramos que foram de melhoria e que até veem na sequência de debate que já tivemos aqui sobre a matéria, por um lado uma questão de opção política que é aumentar de cinquenta e cinco para setenta o número de bolsas de estudo a atribuir pela autarquia, por outro uma questão regulamentar que criou alguma confusão, o espírito na minha opinião é correta, é evitar a duplicação da apoios, mas considerando o valor entendemos, enfim, retirar do regulamento aquele fator restritivo que, o candidato ser detentor de outro tipo de apoio financeiro, porque de facto, politicamente, o que nós pretendemos é que a atribuição de bolsas que não pagam os custos dos cursos são um apoio, é um complemento representa um instrumento de apoio de capacitação para esta questão da consagração da igualdade de oportunidades no acesso à educação para os casos de comprovada carência económica e, portanto, mesmo havendo essa duplicação, aliás, houve até confusão por parte de alguns candidatos quando tinham sido beneficiados mas não com o valor estipulado para a bolsa no seu ano, porque era apenas um valor que era o diferencial da contabilização entre outra bolsa que já recebiam e a bolsa do município e a capitação apurada dos rendimentos e, portanto, consideramos que foi oportuna a reflexão que aqui fizemos, a experiência, a prática, e os contributos também dos munícipes sobre esta matéria e, portanto, achamos que o regulamento está melhor, mas para ser eficaz, precisa do voto da Assembleia Municipal para ser publicado o quanto antes amanhã, para podemos abrir este ano o período de candidaturas que ainda não podemos abrir porque o regulamento, enfim, não foi à nossa última reunião que era junho, só podia vir em setembro à Assembleia."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

Intervenções sobre as bolsas de estudo e a sua atribuição do novo regulamento, Tânia Ramos, Bloco de Esquerda."

A Sra. Tânia Ramos do BE:

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Só para não dizerem que o Bloco de Esquerda é sempre do contra..."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Mas ninguém diz isso Tânia."

A Sra. Tânia Ramos do BE:

"O Sr. Presidente gosta muito de responder diretamente às minhas questões, muito obrigada pela importância que me dá, muito obrigada.

Aquilo que gostaria de dizer é que a mim, a mim pessoalmente muito me apraz a alteração a este regulamento das bolsas de estudo foi realmente um tema que foi trazido aqui, o Bloco de Esquerda também fez essa referência e dada altura dissemos que o problema da capitação era o problema de que a necessidade não tem capitação a necessidade, tem necessidade e o apoio devia de ser dado da maneira em que nós achávamos e neste caso, o munícipe que aqui esteve também, achava que o apoio devia de ser dado a cem por cento e não aquela capitação, aquela percentagem excedente e, por isso, congratulo a alteração ao regulamento,

porque realmente os tempos também são outros as necessidades mais do que anteriores revelam-se cada vez maiores e, por isso também tenho outra questão relativamente aqui ao regulamento que é relativamente às dívidas. Eu compreendo que para aceder a um benefício e uma bolsa, quem se candidata deve ter as dívidas reguladas, no entanto, aquilo que lhe queria perguntar porque não vem aqui especificado é que estamos a falar de uma dívida em que o agregado familiar que tem uma dívida de quatro euros de conta da água ou se existe o montante limite de dívida, ou se esse estudante é automaticamente excluído, porque tem uma dívida independentemente do valor ou depois como é que é feita essa seriação e essa creteriação. Tendo em conta que não está aqui no regulamento, achava importante que fosse esclarecida esta questão.

Disse Sr. Presidente.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Mais alguma intervenção sobre este ponto das bolsas e sua atribuição? Não?

Sr. Presidente de Câmara quer esclarecer?”

O Sr. Presidente de Câmara:

“Bom esta questão da dívida decorrerá seguramente questões da lei, porque para qualquer apoio público ou até para qualquer pagamento de serviços que as entidades públicas tenham que fazer seja a um particular, seja uma empresa, tem que ter a declaração de não dívida seja as Finanças seja, a Segurança Social, penso que a dívida de água, se calhar já prescreveu, ou seja, não tem que ver com esse tipo de dívida, é dívida à autarquia não é, isto decorre um bocadinho do princípio, legal de as pessoas terem que ter as coisas em dia com o Estado, é isso.”

O Sr. João Ricardo da CDU, retomou participação nos trabalhos pelas 23:10 horas.

O Sr. José Oliveira da CDU, retomou participação nos trabalhos pelas 23:10 horas.

O Sr. Presidente da Mesa:

“Micro por favor.”

A Sra. Tânia Ramos do BE:

“É porque a alínea em questão do regulamento é muito dúbia, só diz que não deve apresentar dívidas.

O Sr. Presidente de Câmara:

“Sim., mas decorre um bocadinho deste princípio da lei.”

A Sra. Patrícia Valente do PS, ausentou-se da sala pelas 23:12 horas.

A Sra. Tânia Ramos do BE:

“Mas talvez fosse importante, talvez acrescentar que tipo de dívida que são, não é, porque quem lê o regulamento, um de um jovem estudante que lê o regulamento pode sentir-se inibido de concorrer, porque, enfim, os pais têm uma dívida ou o que seja, consegue entender o que eu estou a dizer, até onde é que eu estou a chegar?”

O Sr. Presidente de Câmara:

"Essas questões através da apresentação da declaração de IRS são logo escrutinadas à cabeça. Nós é que estamos a querer complicar, se calhar e perceber que tipo de dívida é que é não é.

Isto decorre da lei quase todos os documentos que implicam subvenções apoios etc. tem que ter estas questões, esclarecidas, penso que foi esse o espírito e não outro de andar escutinar outro tipo de dívidas, porque quem tem dívidas, quem tem pagamentos a fazer que lhes são deduzidos nos vencimentos, etc. também já não estão em dívida, porque já tem um acordo de pagamento e também isso já está a ser contratualizado e, portanto isto só ficou aqui porque noutros regulamentos do género tem também este princípio de enfim, de boa fé dos cidadãos para com o Estado, porque é exigido noutras circunstâncias, não foi com intenção de irmos ver se têm uma dívida à Câmara, se pagou na plataforma, siga os almoços do ano anterior, quando o educando estava no 12º ano, não é esse o espírito, isto é um princípio genérico."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Esclarecido este ponto, vamos votar, com menos um elemento a Patrícia Valente teve de sair por motivos inadiáveis e familiares. Portanto, estamos trinta, vamos partir deste momento, votar sempre com a referência de trinta pessoas."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade com trinta votos a favor (dez da CDU, oito do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

"Passamos ao ponto 7 Auto de transferência de competências e de recursos, o município de Palmela para a Junta de Freguesia de Palmela na área de manutenção de espaços verdes, atualização reitero a nossa votação do início da sessão em que retirámos da ordem de trabalhos, o ponto número 6.

Sr. Presidente de câmara faz favor."

PONTO 7 – Auto de Transferência de Competências e de Recursos do Município de Palmela para a Junta de Freguesia Palmela na área e manutenção de espaços verdes - atualização.

Retomaram os trabalhos os seguintes membros:

O **Sr. António Mestre da CDU** retomou participação nos trabalhos pelas 23:13 horas.

A **Sra. Mónica Costa da CDU** retomou participação nos trabalhos pelas 23:13 horas.

A **Sra. Ana Filipa Ferreira da Costa da CDU** retomou participação nos trabalhos pelas 23:13 horas.

O Sr. Presidente da Câmara:

"Muito obrigado também procurando resumir o essencial de da proposta, trata-se de uma atualização do ao transferência de competências e de recursos do município para a Junta de Freguesia de Palmela na área de gestão e manutenção dos espaços verdes, porquanto, no anexo que identificava os espaços que compete à Junta de freguesia manter erradamente espaços da venda do alcaide não ficaram em Palmela e ficaram no mapa de Pinhal Novo e, portanto, é uma atualização por um lado, porque atualizou os valores e os metros e espaços, mas é sobretudo também uma questão da retificação e de rigor e de Justiça que temos que ter em consideração. "

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

Alguma intervenção sobre esta matéria?

Sr. Presidente da Junta de Palmela está satisfeito, Sr. Presidente da Junta de Pinhal Novo também, portanto, não há razões para intervenções.

Vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade com trinta votos a favor (doze da CDU, oito do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

"Passamos ao ponto número 8 à transferência de competência do recurso município de Palmela para a Junta de Freguesia de Pinhal Novo da área de manutenção de espaços verdes, atualização.

Sr. Presidente de Câmara faz favor."

PONTO 8 - Auto de Transferência de Competências e de Recursos do Município de Palmela para a Junta de Freguesia de Pinhal Novo na área e manutenção de espaços verdes - atualização.

O Sr. Presidente de Câmara:

"É uma proposta da mesma natureza, mas tem aqui uma outra nuance uma, enfim, tem correspondência com a questão, sai de Pinhal Novo, fica para Palmela, portanto, temos que retirar estes espaços do anexo estava atribuído ao Pinhal Novo, mas há também aqui um outro aspeto que tem que ver com o Jardim José Maria dos Santos, em Pinhal Novo que está em processo de requalificação e, portanto, também não se justifica estarmos a pagar e a transferir a verba para a junta fazer a sua manutenção e requalificação quando ele ainda está em construção, há de ter um período até à receção definitiva dos verdes que são plantados a partir do próximo mês que é a altura ideal para, e aquilo que fomos dizendo, à Junta, não faz sentido estarmos a transferir verba para, enfim, tratarem por administração direta ou adjudicarem a terceiros o tratamento num espaço por uma questão de transparência e de rigor, portanto, isto teve que ser retirado também, teve que ser retirado, e há até a disponibilidade da Câmara quando o espaço estiver finalmente, rececionado equacionar a possibilidade de o entregar então também por transferência, integrar no anexo e entregar à Junta, mas a entretanto também afinações no anexo, porque como sabeis, houve a possibilidade de alguns trabalhadores não aceitarem ser transferidos para a Junta na área dos verdes e, portanto, o município mantém uma brigada de conservação de espaços verdes e essa brigada continua com o número de espaços verdes adequados a sua capacidade de resposta e não faz sentido transferir verbas para a junta ficar com todos os espaços verdes quando o município por uma questão até de despesa e de interesse público ainda tem trabalhadores para fazer esse trabalho, quando isso deixar de acontecer, naturalmente seguirá este processo de transferência de competências e de espaços que vai obviamente aumentar a responsabilidade das juntas com o consequente aumento também da verba para dar resposta a estas necessidades e, portanto, as afinações foram feitas no mapa por estas razões muito claras e muito objetivas.

Disse."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

Alguma intervenção? não havendo votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade com trinta votos a favor (doze da CDU, oito do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

"Ponto 9, operações de reabilitação urbana no centro histórico de Palmela e Pinhal Novo relatório de monitorização 2022.

Sr. Presidente de Câmara faz favor."

PONTO 9 – Operações de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Palmela e de Pinhal Novo - Relatório de monitorização 2022.

O Sr. Presidente de Câmara:

"Conforme definido na legislação, cabe-nos anualmente fazer um relatório das 2 áreas de reabilitação urbana do centro histórico e a de Pinhal Novo, nas duas ARUS, esse relatório, enfim, é produzido pelos serviços com dados muito objetivos daquilo que tem sido a dinâmica dos particulares, tem sido as ações da administração e também os investimentos municipais na reabilitação desses espaços, em reabilitação urbana também das candidaturas feitas pelos particulares e se calhar, ficaria para as questões que um pretendam colocar, cabe à Assembleia Municipal apreciar e aprovar para que depois este relatório seja disponibilizado no sítio da Internet para consulta de todos os cidadãos e cidadãs.

Disse."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Alguma intervenção sobre esta matéria?

Tânia Ramos, Bloco de Esquerda."

A Sra. Tânia Ramos do BE:

"Obrigada, Sr. Presidente, eu pedia ao Sr. Presidente da Câmara que fosse comigo até à página, vinte e nove, por favor, onde está descrito, Rua Serpa Pinto 100, e tendo em conta que e utilizando a sua expressão de que este relatório foi feito com dados muito objetivos queria só que me ajudasse relativamente às imagens é que eu não consigo ver diferença nenhuma entre uma imagem e outra a não ser muito pouca coisa, não sei se é um problema da imagem, se é porque efetivamente não houve alteração, mas peço clarificação, Sr. Presidente.

Disse, muito obrigada."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigada.

Sr. Presidente clarificará, com certeza.

Mais alguma intervenção sobre esta proposta? Não.

Sr. Presidente, de Câmara quer explicar?

O Sr. Presidente de Câmara:

"A imagem pode não ser a melhor, mas há, de facto, alterações de reabilitação, primeiro tinha havido a colocação de um acordo que alterou as cores provadas para a fachada e, portanto, o proprietário teve que colocar de acordo com as cores originais, por outro lado, é visível, pelo menos a reabilitação das janelas e dos estores e das persianas na zona da fachada. Obviamente, houve também reabilitações interiores do âmbito, enfim, de outras obras interiores que não tinham, se calhar, a devida salubridade, isto são exemplos ilustrativos não sei dizer-lhe qual é o processo em concreto, mas ouve nem sei se é alguma ao FIMOC, que tinha sido e aprovada pela câmara e como sabe o FIMOC é obras de conservação no exterior e no interior, aliás, consultando o regulamento do FIMOC, grande parte até do motivo que levou à criação há muitos anos do FIMOC o que era, pelo facto, de muitas habitações no centro histórico não terem as áreas adequadas, não terem até sanitários, não terem áreas de ventilação, etc., no caso concreto deste edifício não terá sido esse o caso, mas houve a reabilitação não foi apenas da fachada e das janelas e da eficiência energética, porque há alterações de janelas, mas terão sido no interior também e, portanto, a foto não consegue ilustrar isso tudo como é óbvio, é o que lhe posso dizer neste momento, se quiser consultar depois o processo. O centro histórico disponibiliza-lhe o processo para perceber o que é que se passou, porque foi devidamente escrutinado houve uma candidatura, houve uma participação nas obras e, nesse caso aquilo é tudo analisado ao cêntimo."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

Alguma intervenção mais?

A Sra. Tânia Ramos do BE:

"Queria só dizer, Sr. Presidente que posso compreender e fazer um esforço relativamente àquilo que me disse, mas, tendo em conta que isto é um documento para apreciação na Assembleia Municipal de Palmela que vai estar disponível para consulta aquilo que eu lhe pedia a si e aos serviços é que na utilização de imagens possa haver um cuidado de forma que realmente a imagem consiga realmente explicar aquilo que foi intervencionado.

Entendo aquilo que me disse, obrigada pelas indicações, no entanto, acho que pode haver um cuidado na forma como são trazidos como documento a imagem, muito obrigada."

O Sr. Presidente de Câmara:

"Oh! Sra. membro da Assembleia, a ilustração do relatório foi uma opção técnica e política com os meios disponíveis, mas também, Sra. Membro da Assembleia, quer que nós possamos fotografar obras realizadas no interior com, ou, sem autorização do proprietário não é isso que está em causa.

O relatório tem de ser, um relatório sobre o número de processos com dados etc. a ilustração é um extra para tornar isto mais agradável e para se poder confirmar o texto com a imagem, exigir mais do que isto nós podemos sempre procurar melhorar as fotografias, mas também temos aqui de ter aqui algum bom senso na análise, mas pronto, procuraremos fazer melhor."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Votamos o ponto 9 da ordem de trabalhos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade com trinta votos a favor (doze da CDU, oito do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

"Vamos passar ao ponto 10 da Ordem de Trabalhos.

Sr. Presidente faz favor."

PONTO 10 – Procedimento concursal para provimento de cargo dirigente intermédio - Designação de elementos a integrar o respetivo júri.

O Sr. Presidente de Câmara:

"Sr. Presidente já tínhamos tido autorizações para serem mexidas a estrutura orgânica e, de facto, há unidades que precisam hoje de abrimos concurso para provimento do cargo dirigente e compete há Assembleia Municipal aprovar a designação dos elementos a integrar o júri sobre proposta da Câmara e é isso que aqui trazemos para apreciação."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Intervenções sobre esta proposta? Não há intervenções?

Votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade com trinta votos a favor (doze da CDU, oito do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

"Passamos ao ponto decimo primeiro da Ordem de trabalhos."

PONTO 11 – Eleição de Presidente de Junta para representar o Município na ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses (Efetivo e Substituto).

O Sr. Presidente da Mesa:

"Trata-se de nomes e em função disso tem de haver uma urna e tem de haver papeis para podermos votar.

Esta é uma proposta que surge, é o Congresso da Associação Nacional de Municípios realiza-se este ano no Seixal, o último, realizou-se em Aveiro e já foi durante este mandato e na altura, houve também aqui na Assembleia, uma eleição e o elemento da Junta de freguesia que foi eleito foi o Presidente de Junta de Pinhal Novo, Carlos Jorge Antunes Almeida.

Desta feita e face a uma leitura mais atenta daquilo que tinha sido a proposta que tínhamos trazido aqui a proposta mencionava claramente o número do Congresso e a data do Congresso e, por isso era uma proposta que ficava vazia no dia seguinte ao encerrarmos o Congresso.

Para este Congresso, vamos mesmo precisar de voltar a votar, sendo que a redação da proposta, refere:

Considerando a regular participação do Município de Palmela nos Congressos Nacionais da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), torna-se necessário, nos termos do n.º 2 do artigo 6.º dos Estatutos da ANMP, proceder à eleição de Presidente de Junta de Freguesia, e substituta/o, para representar o Município.

Neste sentido, para assegurar a representação durante o presente Mandato, propõe-se a eleição de:

- **Carlos Jorge Antunes Almeida**, Presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo, como representante efetivo;

- **Jorge Manuel Cândido Mares**, Presidente da Junta de Freguesia de Palmela, como representante substituto.

Digamos, que há uma repetição da proposta.”

Eleito, com vinte e cinco votos a favor e cinco abstenções, como Representante da Junta de Freguesia de Pinhal Novo, Carlos Jorge Antunes Almeida.

O Sr. Presidente da Mesa:

“Damos assim por concluído esta Assembleia Municipal reitera o agradecimento à Sra. Presidente da Junta por nos acolher aqui no Poceirão e marcamos encontro à partida para o mês de novembro onde teremos possivelmente duas Assembleias, mas se houver necessidade até lá avançaremos, quero pedir-vos que as propostas que foram hoje entregues, percebam se, enfim, elas ficarão e serão parte integrante claramente da próxima Assembleia ordinária, mas vejam se há alguma necessitará depois de alguns ajustes para que, em tempo, possamos todos nós ter as propostas em mão.

Muito obrigado, foi um gosto.”

Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e três, da qual se lavrou a presente ata, que eu, Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa, na qualidade de Primeira Secretária da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e três.

O Presidente

José Carlos Matias de Sousa

A Primeira Secretária

Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa